

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI)

2013 - 2017

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE



Entidade Responsável:

Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Sernancelhe

Apoiado Financeiramente:

Fundo Florestal Permanente (FFP)

Sernancelhe, 27 de Dezembro de 2012

Atualização – 07 de abril de 2014

Revisão – 13 de abril de 2015



PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI)

2013 - 2017

Caderno II – PLANO DE AÇÃO

Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Sernancelhe

Sernancelhe, 27 de Dezembro de 2012
Atualização – 07 de abril de 2014
Revisão – 13 de abril de 2015

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	1
2. ANÁLISE DO RISCO, DA VULNERABILIDADE AOS INCÊNDIOS E DA ZONAGEM DO TERRITÓRIO.....	2
2.1. MAPA DOS COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS.....	2
2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO	4
MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL	4
MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL	6
2.3. MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA.....	8
OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI	10
3. EIXOS ESTRATÉGICOS	12
1.º EIXO ESTRATÉGICO – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.....	12
LEVANTAMENTO DA REDE REGIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS.....	12
REDES DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL ...	12
REDE VIÁRIA FLORESTAL.....	14
REDE DE PONTOS DE ÁGUA.....	16
SILVICULTURA PREVENTIVA NO ÂMBITO DA DFCI.....	18
PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1.º EIXO ESTRATÉGICO	20
REDE DE FGC E MPGC, RVF E RPA	20

DEFINIÇÃO DE REGRAS QUE AS NOVAS EDIFICAÇÕES NO ESPAÇO FLORESTAL, FORA DAS ÁREAS CONSOLIDADAS, TÊM DE SALVAGUARDAR NA SUA IMPLANTAÇÃO NO TERRENO

..... 28

2.º EIXO ESTRATÉGICO – Redução da incidência dos incêndios 34

PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AOS 2.º EIXO ESTRATÉGICO 38

SENSIBILIZAÇÃO 38

FISCALIZAÇÃO 43

3.º EIXO ESTRATÉGICO – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios..... 44

AVALIAÇÃO 44

VIGILÂNCIA E DETECÇÃO 44

PRIMEIRA INTERVENÇÃO 46

PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3.º EIXO ESTRATÉGICO 49

4.º EIXO ESTRATÉGICO – Recuperar e reabilitar os ecossistemas 51

PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 4.º EIXO ESTRATÉGICO 52

5.º EIXO ESTRATÉGICO – Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz 54

AVALIAÇÃO 54

PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 5.º EIXO ESTRATÉGICO 54

ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI 56

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Objetivos e metas do PMDFCI	11
Quadro 2. Intervenções na rede de FGC 2013 – 2017	27
Quadro 3. Distribuição da rede viária florestal em km com e sem intervenção para 2013 – 2017.....	31
Quadro 4. Intervenções na rede de pontos de água 2013 – 2017	32
Quadro 5. Metas e indicadores	33
Quadro 6. Orçamento e Responsáveis	34
Quadro 7. Comportamentos de risco	36
Quadro 8. Resultado da investigação dos incêndios	37
Quadro 9. Fiscalização (autos de contraordenação levantados)	37
Quadro 10. Sensibilização (2013 – 2017)	38
Quadro 11. Sensibilização da População – Metas e indicadores (2013 – 2017)	41
Quadro 12. Sensibilização da População – Estimativa de Orçamento e Responsáveis (2013 – 2017)	42
Quadro 13. Sensibilização da População – Estimativa de Orçamento e responsáveis... 43	
Quadro 14. Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção	46
Quadro 15. Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de 1. ^a intervenção	48
Quadro 16. Identificação do número de reacendimentos, por ano desde 2002 (Rescaldo e vigilância pós-incêndio)	48
Quadro 17. Metas e indicadores	49
Quadro 18. Orçamento e responsáveis.....	50
Quadro 19. Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.	51
Quadro 20. Cronograma de reuniões da CMDF	56

Quadro 21. Síntese da estimativa de orçamento do PMDFCI do concelho de Sernancelhe	56
---	-----------

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Mapa dos combustíveis florestais	2
Mapa 2. Mapa de Perigosidade Florestal do concelho de Sernancelhe	4
Mapa 3. Mapa de Risco de Incêndio Florestal do concelho de Sernancelhe	6
Mapa 4. Mapa das Prioridades de Defesa	8
Mapa 5. Mapa de faixas e Mosaicos de parcelas de gestão de combustível do concelho de Sernancelhe	12
Mapa 6. Mapa da rede viária florestal do concelho de Sernancelhe	14
Mapa 7. Mapa da rede de pontos de água do concelho de Sernancelhe	16
Mapa 8. Mapa da silvicultura no âmbito da DFCI do Concelho de Sernancelhe	18
Mapa 9. Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA 2013	21
Mapa 10. Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA 2014	22
Mapa 11. Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA 2015	23
Mapa 12. Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA 2016	24
Mapa 13. Mapa da rede de FGC e MPGC, RVF e RPA 2017	25
Mapa 14. Mapa da fiscalização 2005/2012 do concelho de Sernancelhe	38
Mapa 15. Mapa de vigilância e deteção de incêndios do concelho de Sernancelhe	44
Mapa 16. Mapa dos Sectores Territoriais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Locais estratégicos de Estacionamento (LEE) do concelho de Sernancelhe 1. ^a intervenção	46

PLANO DE ACÇÃO – CADRENO II

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (SDFCI)

A floresta constitui um dos recursos mais importantes do nosso país, tanto ao nível socioeconómico como na preservação do equilíbrio do meio ambiente. A nível social a floresta pode ser utilizada como local para a prática de desportos, zona de lazer e promoção do turismo. Culturalmente valoriza-se pela presença de espécies representativas, por vezes endémicas, ou pelo próprio valor histórico do local. As aplicações económicas da floresta vão desde a apicultura, produção de cogumelos silvestres, a silvo pastorícia, atividades cinegéticas, a produção de resina, a produção lenhosa com aplicações nas indústrias de papel, mobiliário, construção civil. Ao nível da conservação do equilíbrio da biosfera a floresta desempenha um papel fundamental no ciclo dos gases da atmosfera, no ciclo da água, na prevenção da erosão dos solos, correção torrencial e na manutenção da biodiversidade animal e vegetal (CRIF, 1996).

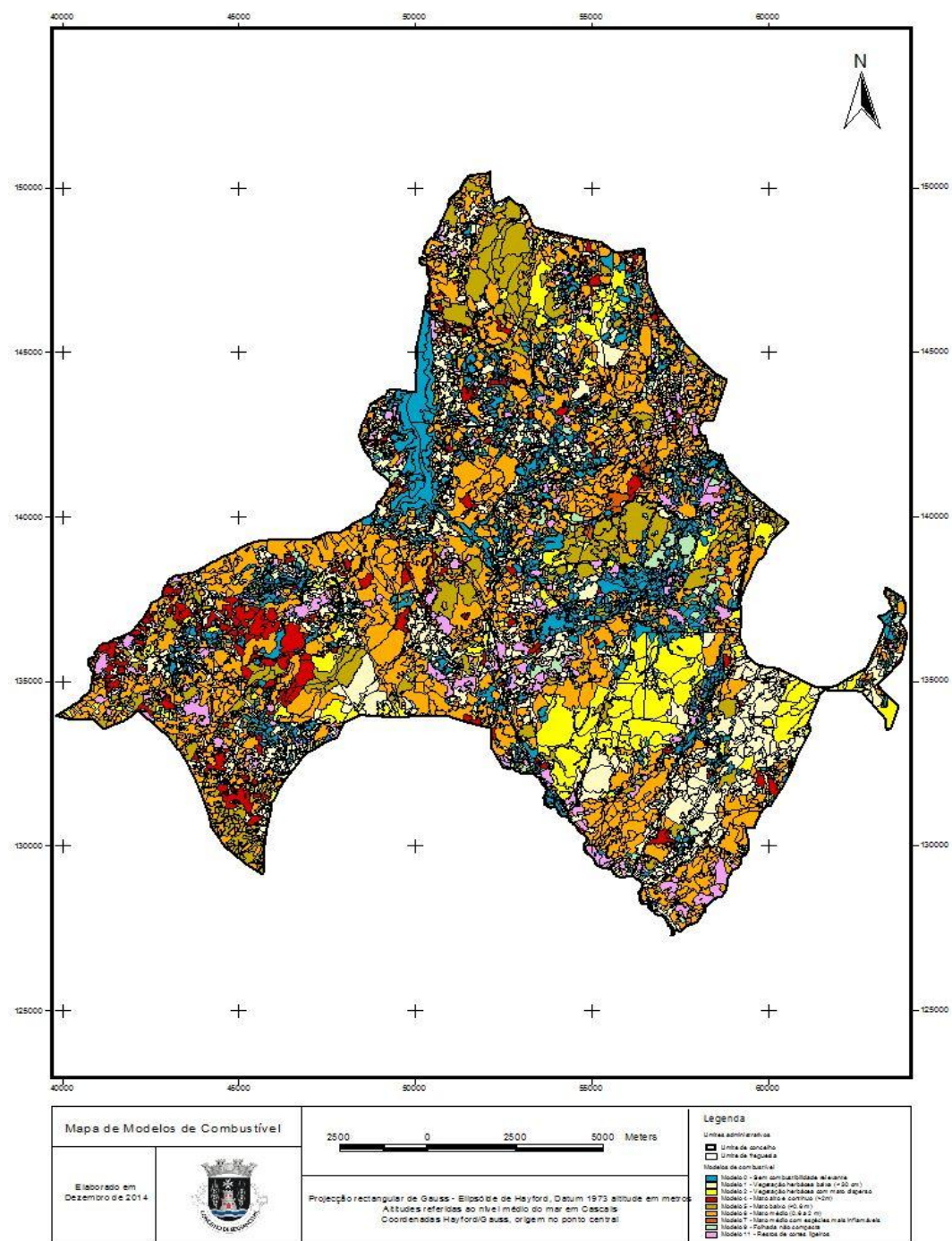
O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Concelho de Sernancelhe, é um “um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas” (PNDFCI, pág. 144), que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) passa a dispor para o desencadeamento das operações e coordenação das ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

Assim, e de forma a cumprir o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro o PMDFCI, tem por missão, conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, inclui a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. A elaboração do mesmo tem por base as disposições constantes na Portaria n.º 1139/2006, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio e segue as linhas orientadoras definidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), onde, o PMDFCI visa concretizar os objetivos do PNDFCI: aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais; reduzir a incidência dos incêndios; melhorar a eficácia e eficiência do ataque e da gestão

dos incêndios; recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades; e adaptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz

2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. MAPA DE MODELOS DE COMBUSTÍVEIS FLORESTAIS



2.2. CARTOGRAFIA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

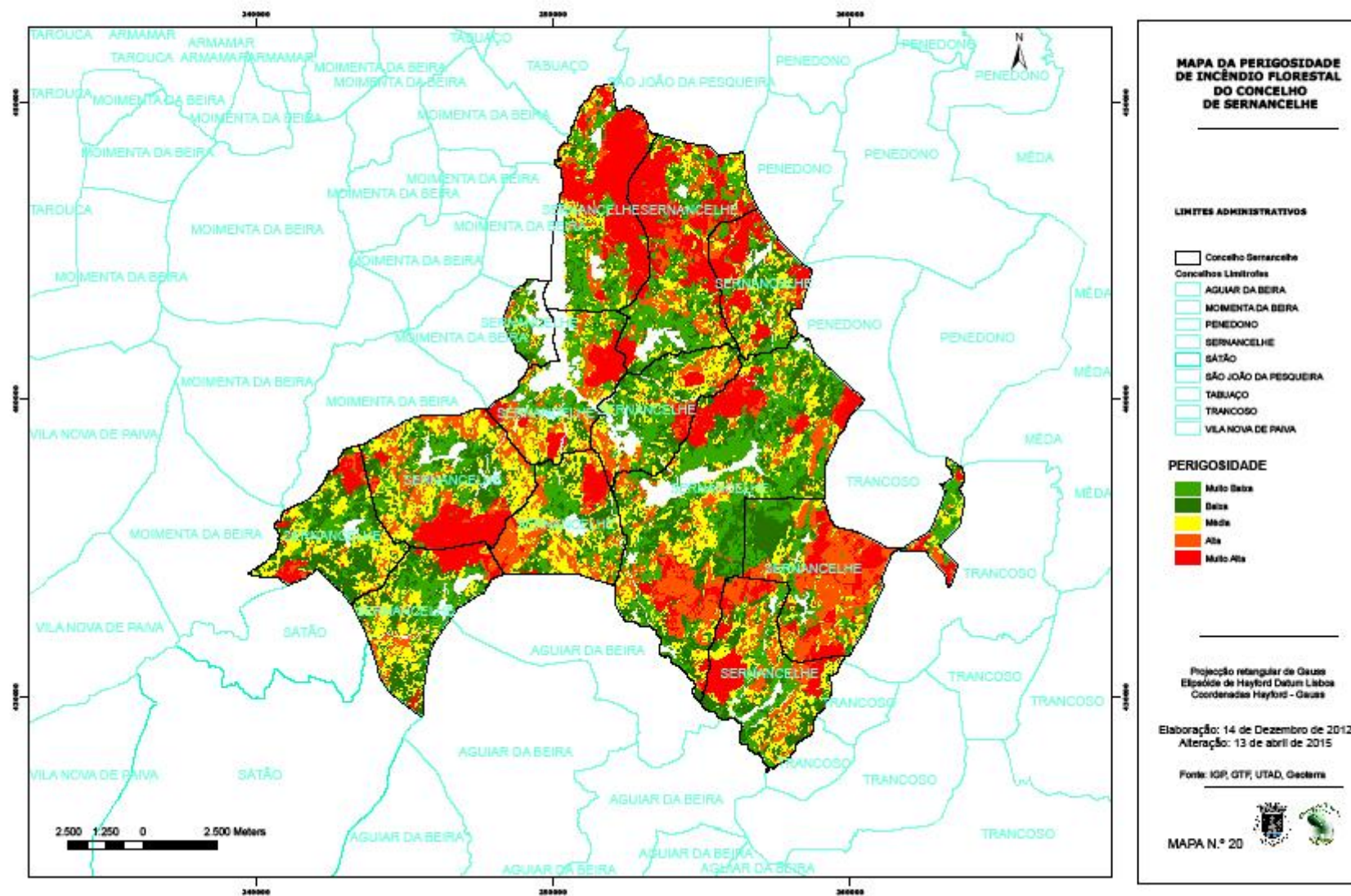
O produto da multiplicação da Probabilidade (tempo) com a Suscetibilidade (espaço) é a **Perigosidade**.

Probabilidade – traduz-se pela verosimilhança de ocorrência anual de um incêndio em determinado local (p.e. *pixel* de espaço florestal). Pretende determinar a percentagem média anual, para uma dada série de observações, dando resposta à questão: *Qual a probabilidade anual de ocorrência do fogo neste local/pixel?*

Suscetibilidade – a suscetibilidade de um território – ou de um *pixel* – expressa as condições que este apresenta para a ocorrência e potencial de um fenómeno danoso. Variáveis como as que derivam da topografia, ocupação do solo e outras, definem se o território é mais ou menos suscetível, neste caso, ao incêndio florestal (POM 2008). A suscetibilidade define a perigosidade no espaço respondendo à questão: *Qual o potencial de severidade do fogo neste local/pixel?*

Os principais parâmetros de entrada utilizados na determinação da suscetibilidade consistem na informação base de **declives** e de uso e **ocupação do solo**, neste caso usou-se a *Corine Land Cover* de 2006.

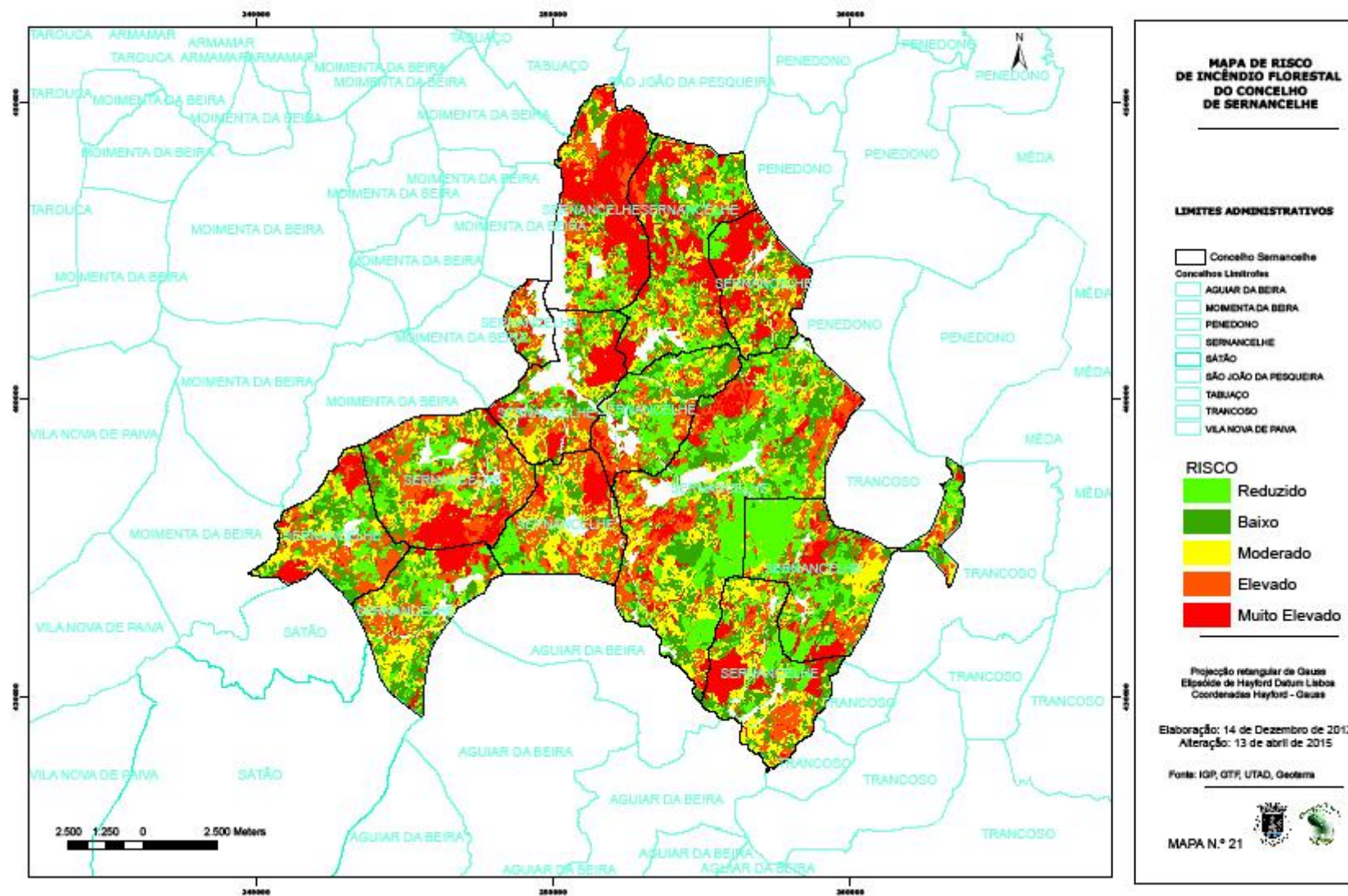
PERIGOSIDADE – consiste na probabilidade de ocorrência de um incêndio, num determinado intervalo de tempo e dentro de uma determinada área geográfica.



MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

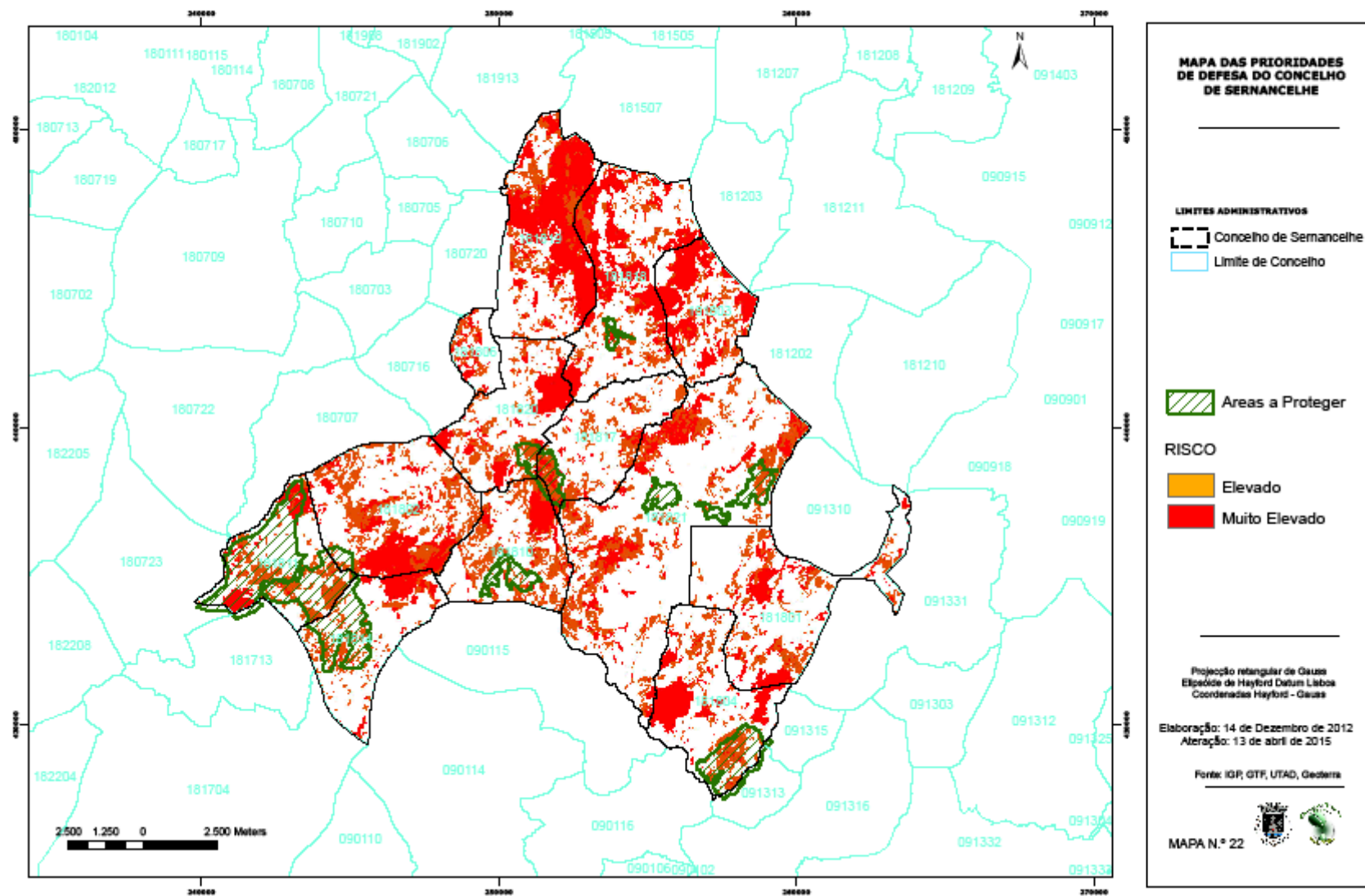
Neste momento não é possível apresentar o mapa de risco de incêndio que envolve as componentes Perigosidade (probabilidade * suscetibilidade) e o Dano Potencial (vulnerabilidade * valor económico).

RISCO – O mapa de risco combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) de forma a indicar qual o potencial de perda face a um fenómeno (POM 2008). Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa sobre o potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “*onde tenho condições para perder mais?*”



2.3. MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA

Com o mapa de prioridades de defesa da floresta pretende-se avaliar o interesse económico de cada mancha (se esta parcela arder, qual é o prejuízo; avalia-se se a parcela tem casas, etc.); o interesse ecológico, cultural, social, paisagístico ou outros.



OBJECTIVOS E METAS DO PMDFCI

TIPOLOGIA

O concelho de Sernancelhe está inserido no distrito de Viseu e pertencente à NUT (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) III Douro, região do Vale do Douro Sul. Localiza-se na região interior norte de Portugal, região natural da Beira Douro, distrito de Viseu. Faz fronteira com os concelhos de Tabuaço e São João da Pesqueira a norte, confronta com Penedono e Trancoso a nascente, com Moimenta da Beira a poente, e com Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira respetivamente a sudoeste e a sul. A região abrangida pelo concelho está na área de jurisdição da Direção Regional de Florestas do Norte. O concelho de Sernancelhe possui uma área de 227,65 km², encontrando-se dividido em 17 freguesias.

No concelho de Sernancelhe, no período de 1980-2008 arderam 25.288,3ha para 1361 ocorrências.

Quadro 1. Objetivos e metas do PMDFCI

	2013 - 2017	2017 - 2021
Objetivos e Metas	- Diminuição significativa do número de incêndios com áreas superiores a 1 ha; - Eliminação de incêndios com áreas superiores a 500 ha; - 1.ª intervenção em menos de 20 minutos em 90% das ocorrências; - Eliminação de tempos de intervenção superiores a 60 minutos; - Eliminação do número de incêndios ativos com duração superior a 24 horas; - Redução do número de reacendimentos para menos de 1% das ocorrências totais.	- Em 2021 verificar uma área ardida inferior a 0,8% da superfície florestal constituída por povoamentos; - Continuação até 2021 da verificação de eliminação de incêndios ativos com duração superior a 24 h; - Diminuição para menos de 0,5% do número de reacendimentos.

3. EIXOS ESTRATÉGICOS

1.º EIXO ESTRATÉGICO – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

É importante delinear uma linha de ação objetiva, tendo em conta os princípios da DFCI de forma a diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as ações de pré-supressão e supressão.

Este eixo estratégico vai dar resposta ao n.º 1 do artigo 15.º do Decreto – lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas e onde se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível.

Objetivo estratégico: Promover a Gestão Florestal e Intervir preventivamente em áreas estratégicas

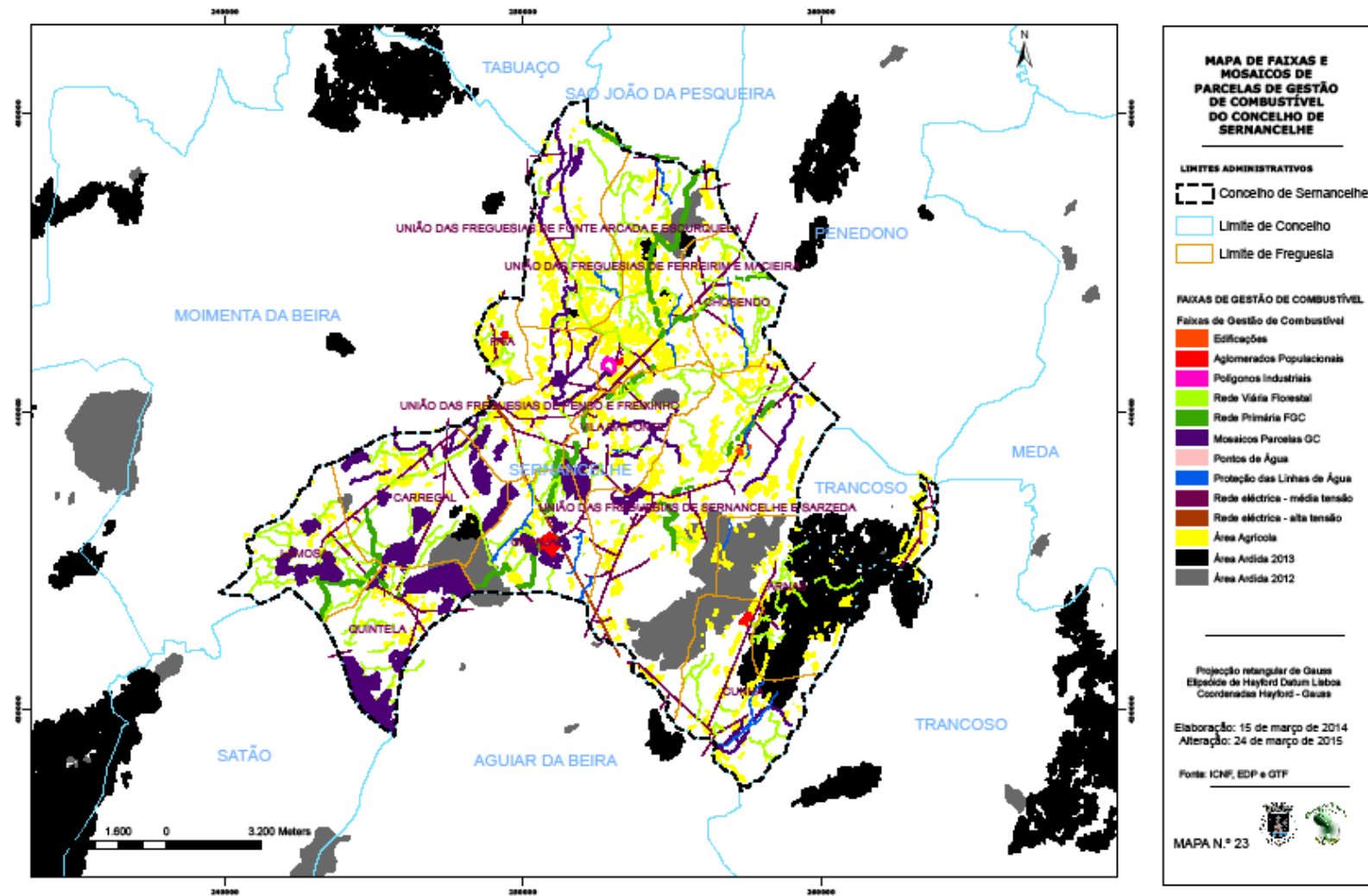
Objetivos operacionais: - Proteger as zonas de interface Urbano/Floresta
- Implementar programa de redução de combustíveis

Ações:

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidades aos incêndios;
- Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustível;
- Promover ações de silvicultura;
- Promover ações de gestão de pastagens;
- Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água);
- Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

LEVANTAMENTO DA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

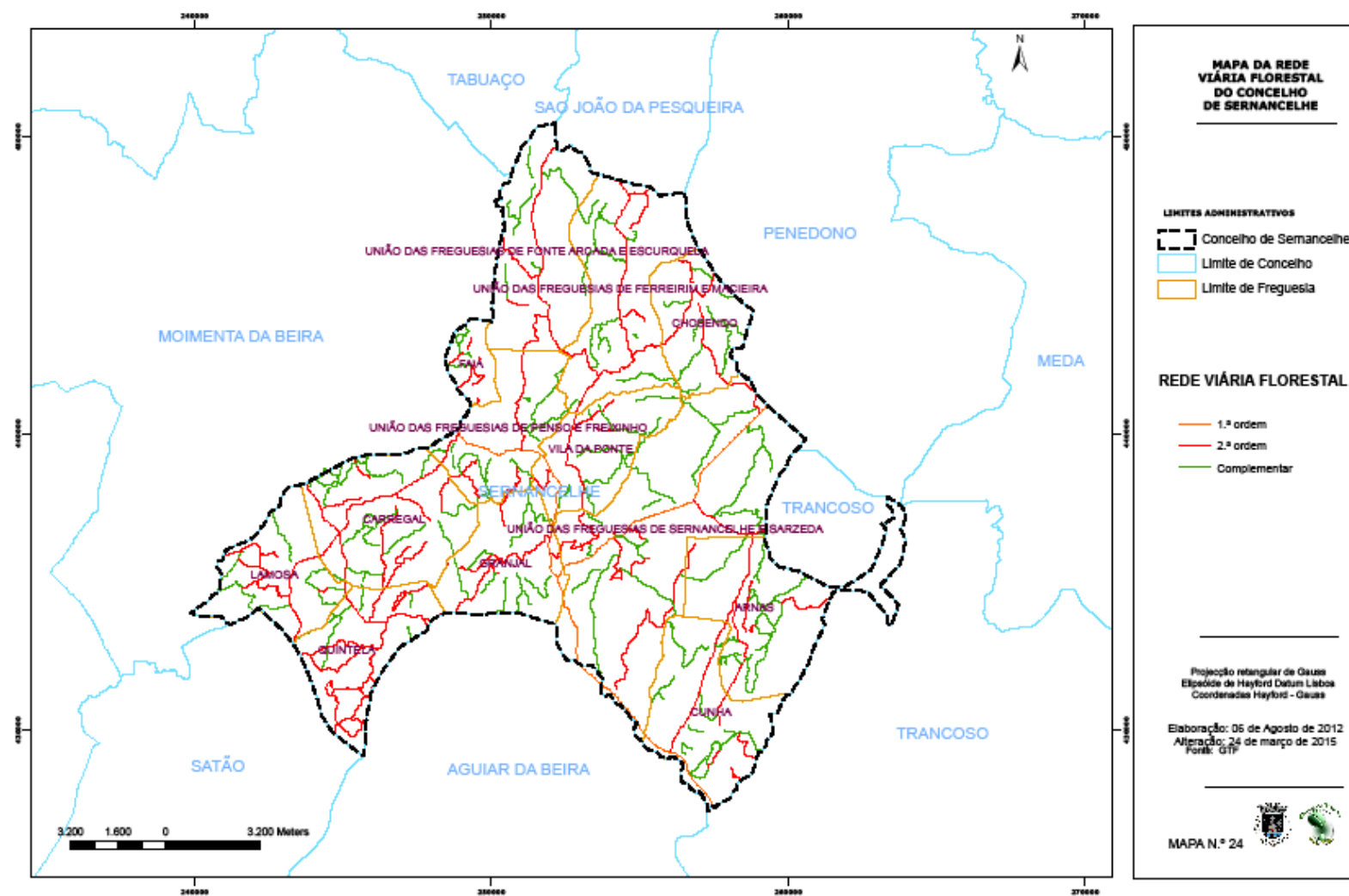
REDES DE FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL



Assim, e com base no artigo 15.º do decreto-lei supra mencionado, o Município de Sernancelhe, deve notificar e/ou providenciar a limpeza dos edifícios integrados em espaços rurais correspondente a uma faixa de 50m à volta daquelas edificações; dos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com áreas florestais de uma faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 100m; da rede viária correspondente a uma faixa lateral de terreno confinante, numa largura não inferior a 10m, quando verificada inexistência do cumprimento por parte dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou a respetiva entidade gestora, podendo aquela desencadear os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada.

Ainda referente à figura anterior, salienta-se o facto, do concelho de Sernancelhe não possuir rede ferroviária, rede de transporte de gás e rede elétrica de muito alta tensão. Assim, a rede apresentada refere-se à rede elétrica de média e alta tensão.

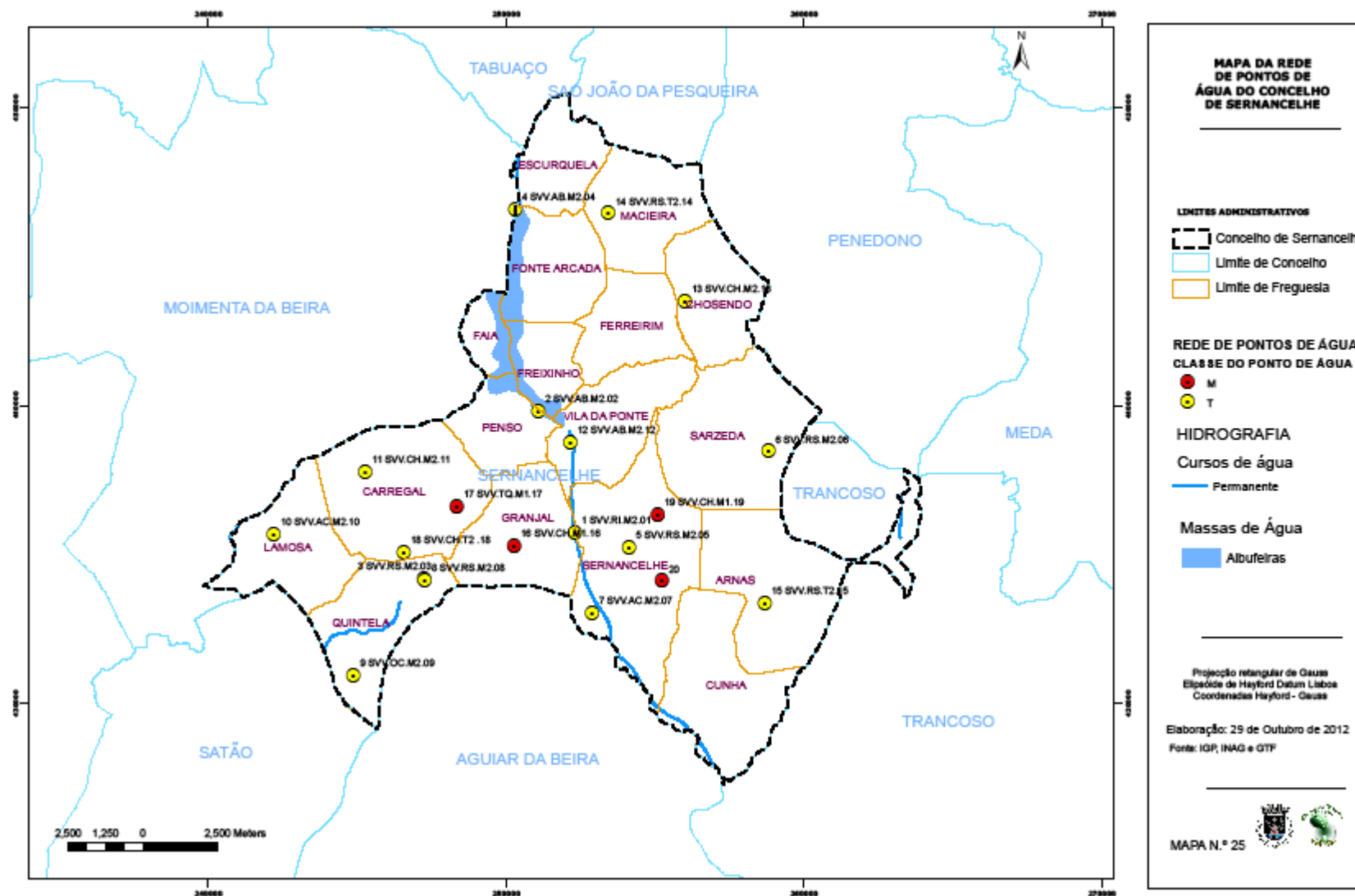
REDE VIÁRIA FLORESTAL



A rede viária florestal do concelho de Sernancelhe é constituída pela rede de 1.^a ordem, 2.^a ordem e complementar (3.^a). O concelho de Sernancelhe, tal como mostra o mapa anterior, possui uma extensão de rede viária florestal de 1.^a ordem de 27.299m (8,6%) do total da RVF, 125.409m (39,6%) de rede viária florestal de 1.^a ordem e 163.761m (51,5%) de rede viária florestal complementar.

A rede viária florestal é uma componente fundamental que para além da defesa da floresta contra incêndios, cumpre uma multiplicidade de funções sendo necessário que esta tenha uma extensão considerável e operacionalidade de modo a criar uma ferramenta essencial de diminuição do risco de incêndio.

REDE DE PONTOS DE ÁGUA



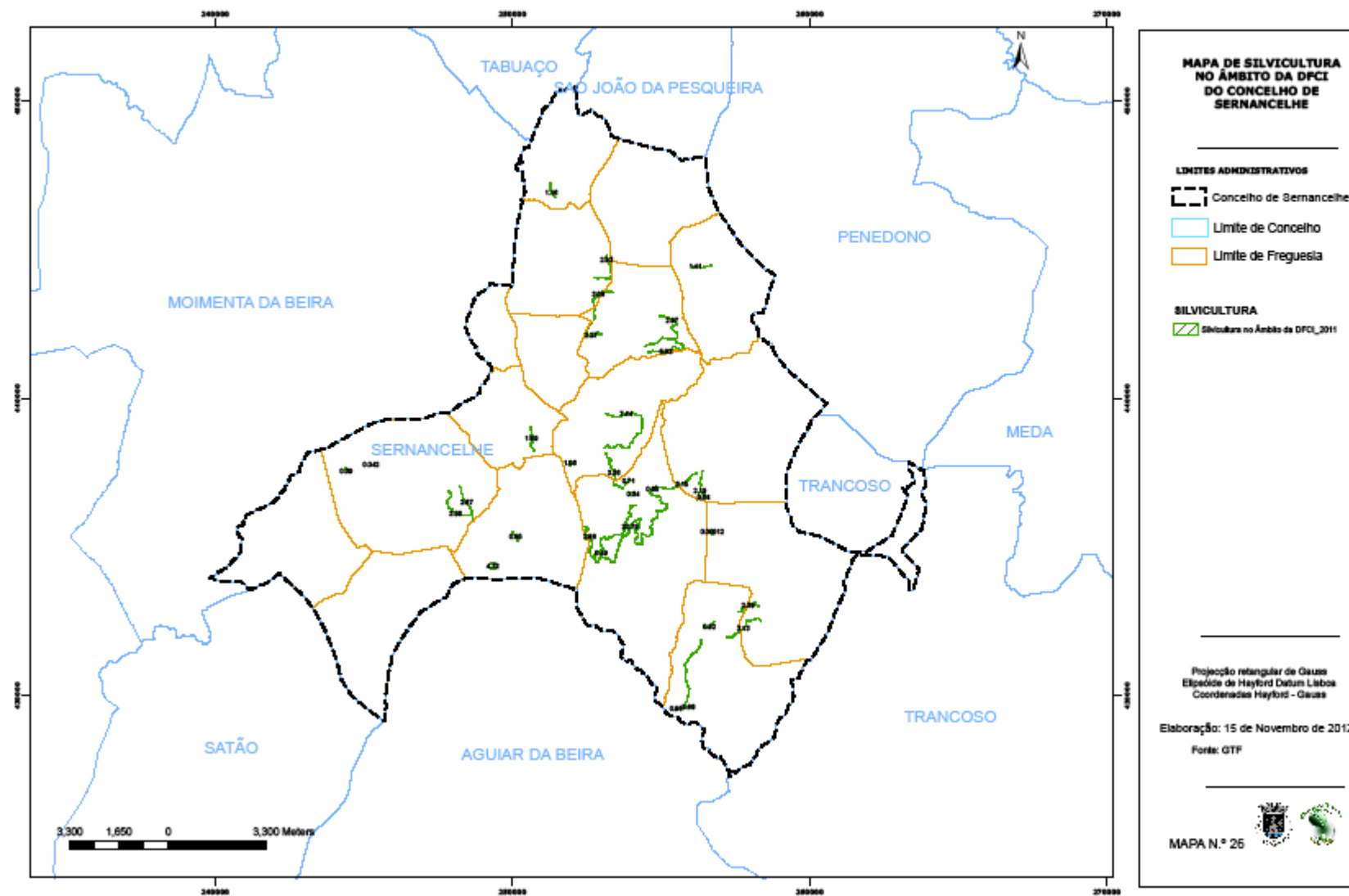
O sucesso das operações de combate aos incêndios depende, em grande parte, da existência de pontos de água operacionais e com boas condições de acesso, tanto para meios aéreos como terrestres.

O problema do acesso aos pontos de água coloca-se sobretudo aos meios aéreos, pois é frequente os tanques encontrarem-se na proximidade de árvores frondosas, fios elétricos e casas que dificultam ou impossibilitam o abastecimento dos helicópteros.

No concelho de Sernancelhe, fez-se o levantamento de 19 pontos de água, (3 mistos e 16 terrestres e um ponto de scooping) como se pode observar pelo mapa acima apresentada.

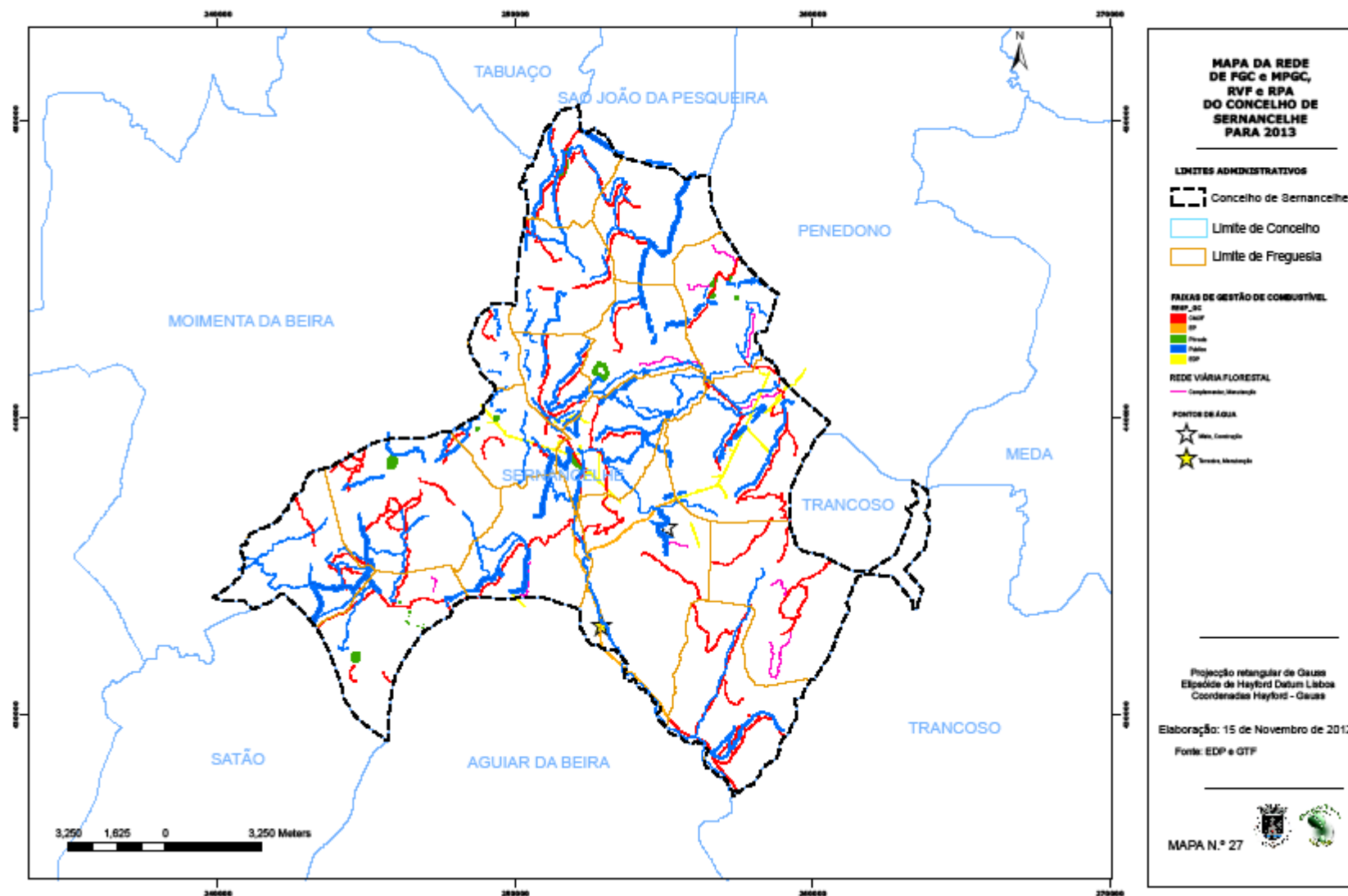
Tendo em conta que a área de espaços florestais do concelho de Sernancelhe, é bastante relevante (16.076ha), torna-se imprescindível a existência e operacionalidade de pontos de água de forma a obter-se o sucesso das operações de combate em caso de incêndio florestal. Por isso, a rede de pontos de água carece ainda de uma ampliação, estando prevista a construção de pontos de água nas freguesias de Carregal, Chosendo, Escurquela, Ferreirim, Granjal, Lamosa, Macieira, Penso, Quintela, Sarzeda e Sernancelhe uma vez que, são freguesias que apresentam carências relativamente a pontos de água. A localização e orçamentação destes pontos de água ainda não vão ser apresentados no Programa de Ação deste Plano, porque ainda há a necessidade de efetuar o estudo pormenorizado relativamente ao local onde deverão ser construídos, dados que serão atualizados neste Plano posteriormente.

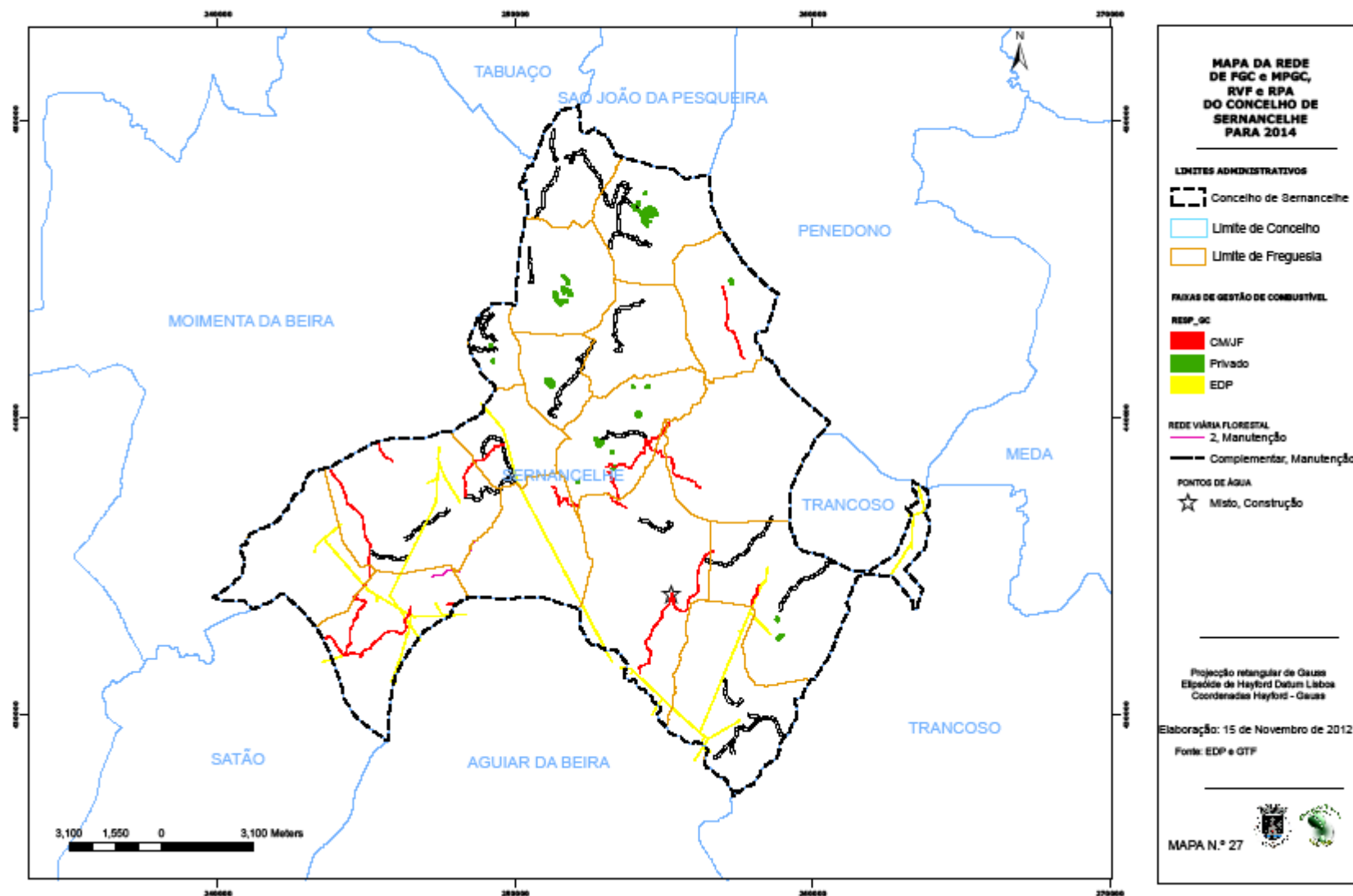
SILVICULTURA PREVENTIVA NO ÂMBITO DA DFCI

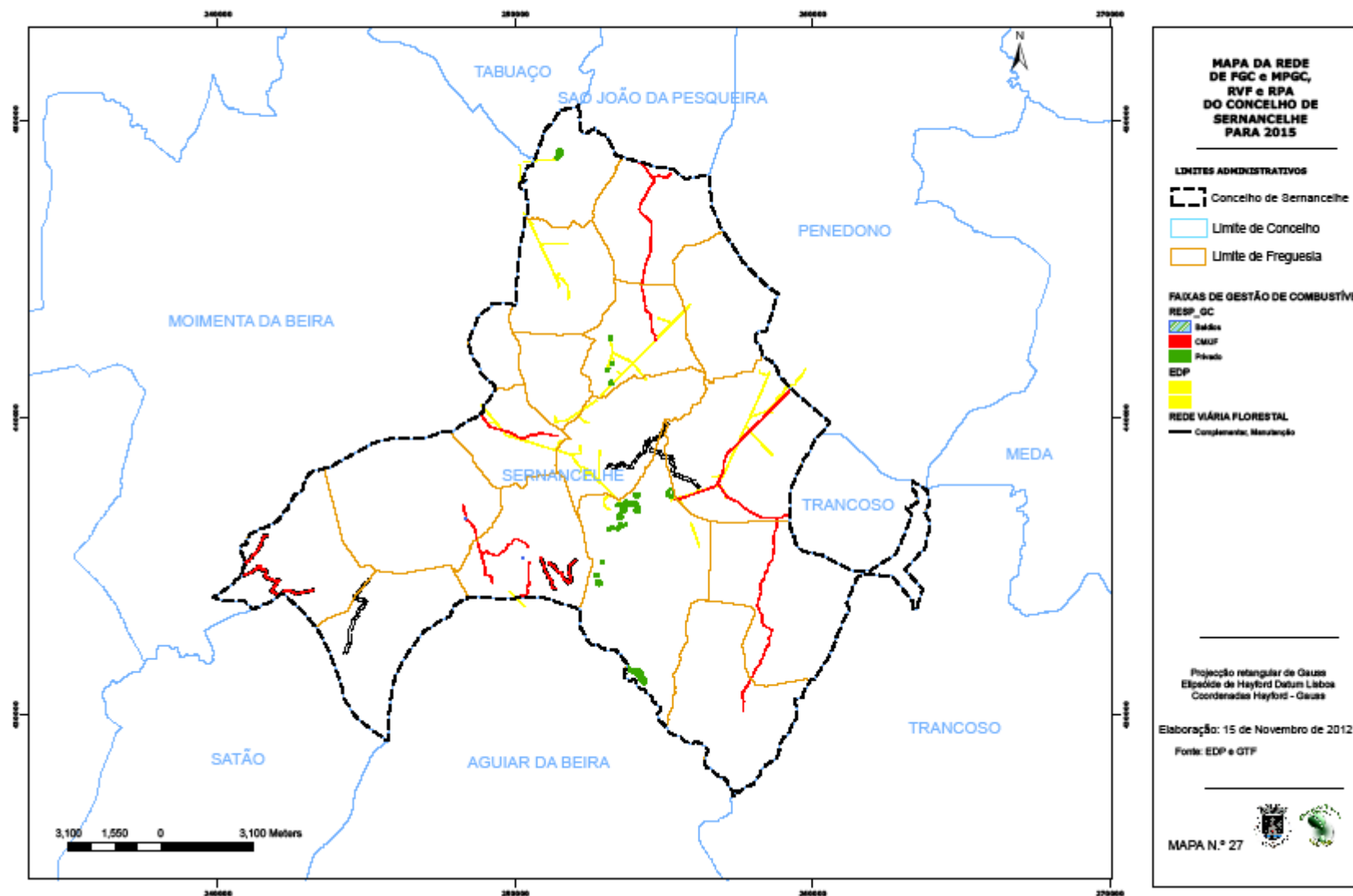


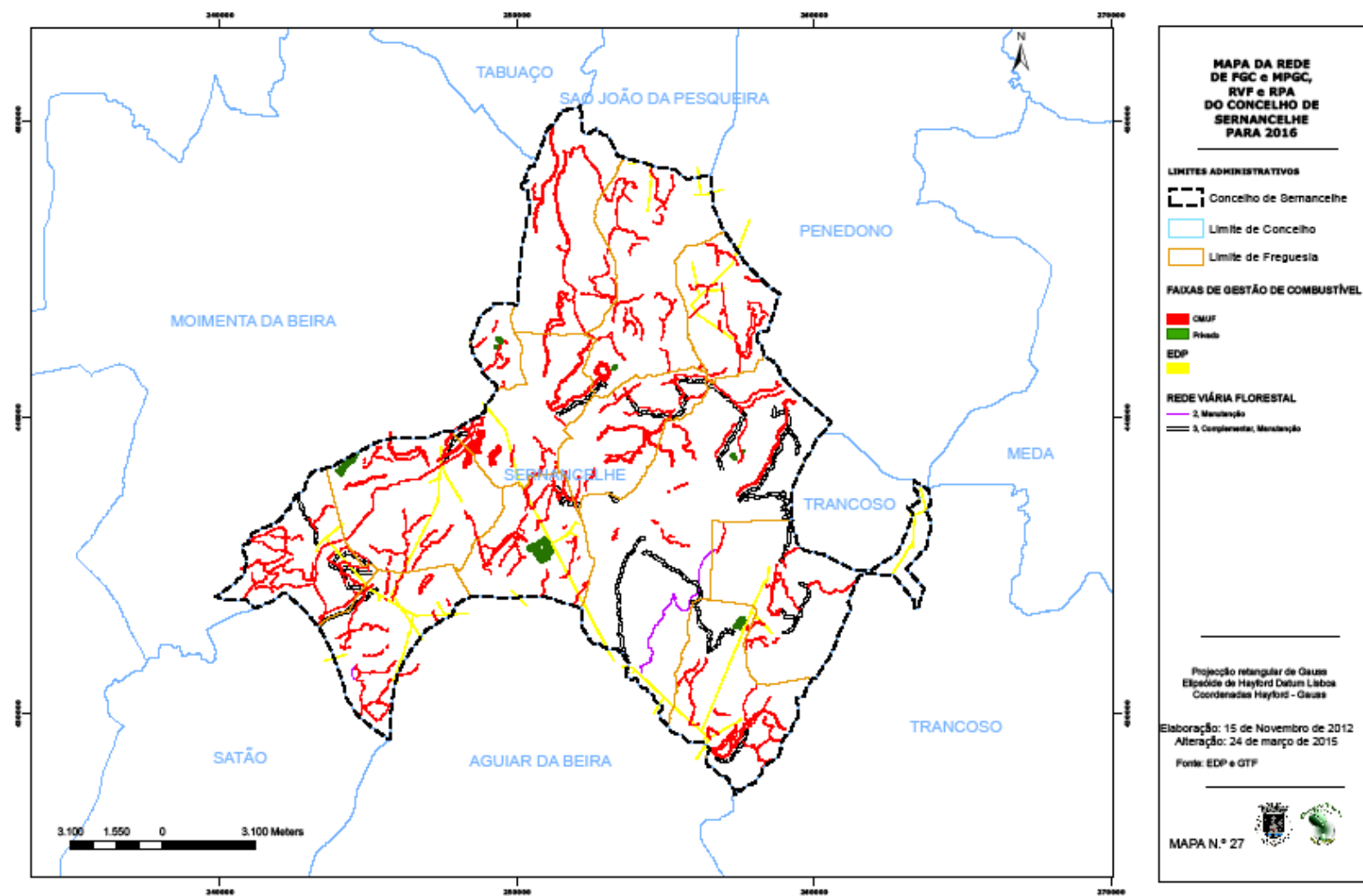
PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 1.º EIXO ESTRATÉGICO

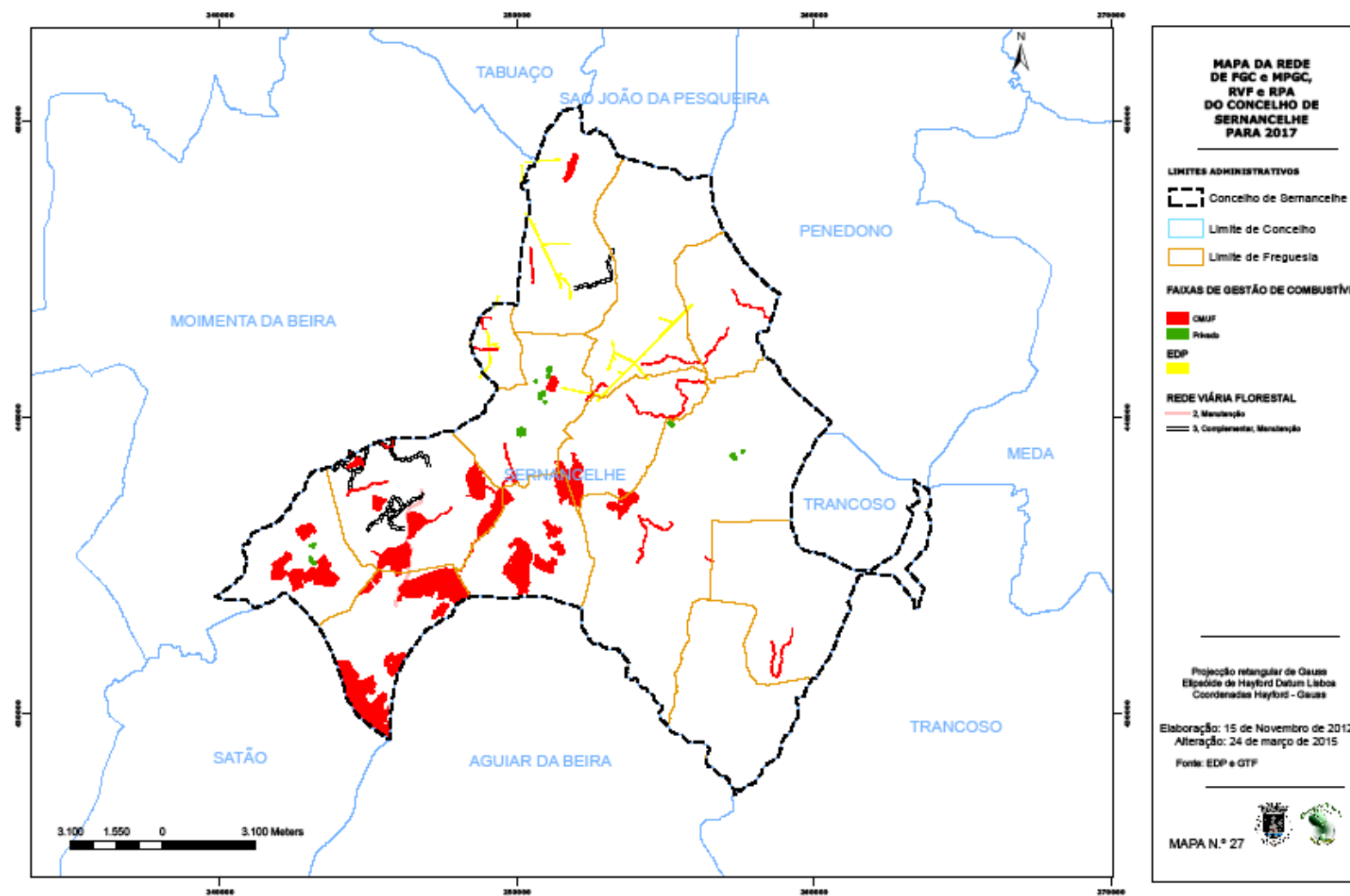
REDE DE FGC e MPGC, RVF E RPA











Relativamente às faixas de gestão de combustível e MPGC de responsabilidade pública, a execução das propostas de planeamento apresentadas, contarão com empresas de prestação de Serviços/Prestadores de Serviços, uma vez que o concelho de Sernancelhe não tem constituída nenhuma equipa de Sapadores Florestais. Salientar ainda que, a execução das propostas de planeamento estarão dependentes de financiamentos públicos disponíveis (ex. ProDer, AGRIS 3.4., Fundo Florestal Permanente, entre outros). No caso de a mesma ser a cargo dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou outras entidades, como a EDP, a execução das propostas de planeamento apresentadas será da responsabilidade dos mesmos. Referir ainda que estes últimos, terão que garantir a manutenção das FGC a cada dois anos.

A rede viária constitui uma importante infraestrutura no combate e na prevenção dos incêndios florestais. Se a densidade da rede viária for suficiente e estiver em bom estado de conservação é possível combater um incêndio florestal de forma rápida e eficiente, pois permite um rápido acesso às manchas florestais e aos pontos de água. A manutenção da rede viária nacional do concelho de Sernancelhe é da responsabilidade das Estradas de Portugal, sendo a restante rede viária mantida pela câmara municipal e/ou juntas de freguesia. Nestas últimas duas entidades, a execução das propostas de planeamento apresentadas, contarão com empresas de prestação de Serviços/Prestadores de Serviços, uma vez que o concelho de Sernancelhe não tem constituída nenhuma equipa de Sapadores Florestais. Salientar ainda que, a execução das propostas de planeamento estarão dependentes de financiamentos públicos disponíveis (ex. ProDer, AGRIS 3.4., Fundo Florestal Permanente, entre outros). No concelho de Sernancelhe, e como já foi apresentado, é necessário investir na beneficiação de caminhos florestais que se encontram em mau estado de conservação, fazendo a limpeza das margens, numa faixa de 10 m para cada lado.

A rede de pontos de água, como já foi referido, carece ainda de uma ampliação, por isso deverão ser construídos pontos de água nas seguintes freguesias: Carregal, Chosendo, Escurquela, Ferreirim, Granjal, Lamosa, Macieira, Penso, Quintela, Sarzeda e Sernancelhe. Tal como já foi referido nos pontos anteriores, a execução das propostas de planeamento apresentadas, contarão com empresas de prestação de Serviços/Prestadores de Serviços, uma vez que o concelho de Sernancelhe não tem constituída nenhuma equipa de Sapadores Florestais. Salientar ainda que, a execução das propostas de planeamento estarão dependentes de financiamentos públicos disponíveis (ex. ProDer, AGRIS 3.4., Fundo Florestal Permanente, entre outros).

Quadro 2. Intervenções na rede de FGC 2013 – 2017

Descrição da Faixa	DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL COM E SEM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO									
	2013		2014		2015		2016		2017	
	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)
1	0,49	127,79	31,26	61,69	23,24	104,55	35,33	101,63	37,96	67,08
2	24,92	1231,14	25,32	602,91	63,18	99,59	76,63	162,37	74,27	126,87
3	13,74	–	–	13,74	13,74	–	–	13,74	13,74	–
4	410,36	7044,39	72,73	3485,83	493,66	797,15	322,67	1470,60	566,58	640,93
8	380,28	–	–	–	–	–	–	–	–	–
10	38,73	828,20	58,02	208,42	60,78	205,66	80,03	186,41	28,88	237,56
11	212,40	42,12	42,12	–	–	–	17,73	1422,18	1422,18	–
12	–	0,56	–	0,56	0,56	–	–	0,56	0,56	–
13	–	19,65	19,65	–	–	19,65	19,65	–	–	19,65
14	87,30	–	–	–	–	–	27,35	–	–	–
TOTAL	1168,22		206,98		655,16		579,39		2144,17	

Nota: De referir que a limpeza da rede viária nacional fica a cargo da Direção de Estradas de Portugal

DEFINIÇÃO DE REGRAS QUE AS NOVAS EDIFICAÇÕES NO ESPAÇO FLORESTAL, FORA DAS ÁREAS CONSOLIDADAS, TÊM DE SALVAGUARDAR NA SUA IMPLANTAÇÃO NO TERRENO

1. Proteção e Condicionalismo à Habitação

De acordo com o n.º 2 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos **Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)** com risco de incêndio das classes altas ou muito altas, sem prejuízo das infra-estruturas definidas na Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI).

No n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, as novas edificações em espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas no PMFCI respetivo ou, se este não existir, a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m e a adoção de medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

Assim, e para efeitos do n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, considera-se que **poderão ser equacionados os seguintes condicionalismos à edificação, para vigorarem na área do Concelho de Sernancelhe, durante o período de vigência do PMDFCI.**

1.1 – Faixa de Proteção às Edificações

- 1) As novas edificações em espaço florestal ou rural, localizadas nas zonas classificadas no PMDFCI como Muito Baixo, Baixo e Médio Risco de Perigosidade de Incêndio, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, a qual, preferencialmente, e sempre que possível, deverá ser salvaguardada dentro dos limites da propriedade;
 - a) Quando **não for tecnicamente possível, por razões que se relacionem com a dimensão da propriedade e/ ou sua**

configuração, a salvaguarda da distância de 50 m prevista na alínea 1), poderão **ser admitidas distâncias inferiores às extremas da propriedade, até um mínimo de 20 m, implementando as medidas previstas no ponto 1.2;**

- b) Nos **restantes 30 m**, que devem ser objeto de gestão de combustível, o requerente deve: **entregar na Câmara Municipal, em fase de entrada de processo**, para cumprimento por parte daquele, das regras descritas no ponto 1.2, no que concerne a:

b.1) Autorização de Utilização do Proprietário (s) usufrutuário (s) ou entidades, que a qualquer título, detenham terrenos confinantes a (novas) edificações. A Autorização deve conter a identificação, morada e contactos;

b.2) Termo de Responsabilidade do Requerente, com o compromisso de executar anualmente as regras descritas no ponto 1.2.

- 2) Excetua-se da condição anterior quando uma das extremas do seu prédio confine com:

- a) Rede viária Classificada no PMDFCI como Rede Viária Florestal Fundamental (1.^a e 2.^a ordem).

1.2 – Gestão de combustível na faixa de proteção e acessos

a) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo.

b) No estrato arbustivo e subarbustivo, deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infraestrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustíveis.

c) Os estratos arbóreo, arbustivo e subarbustivo remanescentes devem ser organizados espacialmente por forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis.

d) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.

e) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

f) Na faixa de proteção não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente infamáveis.

1.3 – O incumprimento por parte do requerente do estipulado no n.º 1) do ponto 1.1. é sancionado pela alínea b) do n.º2 do artigo 38.º do D.L. n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pelo 17/2009 de 14 de Janeiro.

Quadro 3. Distribuição da rede viária florestal em km com e sem intervenção para 2013 – 2017

Descrição da Rede	DISTRIBUIÇÃO TOTAL COM NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO									
	2013		2014		2015		2016		2017	
	Com intervenção (km)	Sem intervenção (km)	Com intervenção (km)	Sem intervenção (km)	Com intervenção (km)	Sem intervenção (km)	Com intervenção (km)	Sem intervenção (km)	Com intervenção (km)	Sem intervenção (km)
1	27,30	–	–	27,30	27,30	–	–	27,30	27,30	–
2	103,22	594,92	2,35	228,63	103,22	127,76	14,63	7,56	110,78	140,04
3	30,82	849,69	47,53	240,92	48,24	209,38	99,15	141,77	62,71	177,49
TOTAL	161,34	–	49,87	–	178,76	–	113,78	–	200,79	–

Quadro 4. Intervenções na rede de pontos de água 2013 – 2017

ID_PA	CLASSE_PA	VOLUME MÁXIMO (m3)	2013	2014	2015	2016	2017
1	T	16000	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
2	T	9000000	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
3	T	200	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
4	T	7500000	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
5	T	300	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
6	T	120	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
7	T	22500	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
8	T	192	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
9	T	1200	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
10	T	900	ESI	ESI	MAN	ESI	ESI
11	T	1200	ESI	ESI	ESI	MAN	ESI
12	T	9000000	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
13	T	4948	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
14	T	4500	MAN	ESI	ESI	ESI	ESI
15	T	102	ESI	ESI	ESI	ESI	MAN
16	M	600	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
17	M	160	ESI	ESI	ESI	ESI	ESI
18	T	700	ESI	MAN	ESI	ESI	ESI
19	M	600	CON	ESI	ESI	ESI	ESI
20*	M	0	—	CON	ESI	ESI	ESI

*O ponto de água n.º 20 não tem a identificação do volume máximo, porque irá ser definido aquando da elaboração do projeto.

Como já foi referido anteriormente, está prevista a construção de mais pontos de água nas freguesias de Carregal, Chosendo, Escurquela, Ferreirim, Granjal, Lamosa, Macieira, Penso, Quintela, Sarzeda e Sernancelhe, mas, estes ainda não são apresentados, uma vez que é necessário efetuar o estudo do local onde os mesmos deverão ser construídos. Referir ainda, que quer a construção, quer a manutenção dos pontos de água, estão condicionadas ao orçamento disponível, e a candidaturas aprovadas.

Quadro 5. Metas e indicadores

DESC_FGC	METAS	INDICADORES										TOTAL
		2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	
1	Área instalada com recurso a meios mecânicos e moto manuais	0,49	0,38	31,26	24,4	23,24	18,1	35,33	27,5	37,96	29,6	128,28
2		24,92	9,43	25,32	9,6	63,18	23,9	76,63	29,0	74,27	28,1	264,32
3		13,74	33,33	—	—	13,74	33,3	—	—	13,74	33,3	41,22
4		410,36	24,12	72,73	4,3	493,66	29,0	322,67	17,29	566,58	33,3	1866,00
8		380,28	100,00	—	—	—	—	—	—	—	—	380,28
10		38,73	14,54	58,02	21,8	60,78	22,8	80,03	30,0	28,88	10,8	266,44
11		212,4	83,5	42,12	16,5	—	—	17,73	1,05	1422,18	83,9	1694,43
12		—	—	0,56	50,0	—	—	—	—	0,56	50,0	1,12
13		—	—	19,65	50,0	—	—	19,65	50,0	—	—	39,3
14		87,3	100,00	—	—	—	—	27,35	100	—	—	114,65
REDE_DFCI	km											
1	Manutenção com recurso a meios mecânicos e manuais	27,3	33,33	—	—	27,3	33,3	—	—	27,3	33,3	81,9
2		103,22	30,89	2,35	0,70	103,22	30,9	14,63	4,38	110,78	33,1	334,2
3		30,82	10,68	47,53	16,48	48,24	16,7	99,15	34,37	62,71	21,7	288,45
CLASSE_PA	m3											
T		27692	86,77	700	2,19	1020	3,2	1200	3,76	1302	4,1	31914
M		600	15,00	800	20,00	1000	25,0	600	15,00	1000	25,0	4000

*Na construção da rede de pontos de água, como já foi referido ao longo do Plano, está prevista a construção de onze pontos de água.

Quadro 6. Orçamento e Responsáveis

		ORÇAMENTO (€)					Responsáveis
DESC_FGC	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	
	há						
1	Área instalada com recurso a meios mecânicos e moto manuais	588,00	37.512,00	23.240,00	42.396,00	45.552,00	CMDF, JF, CM (PRODER); / EP / EDP / Proprietários
2		29.904,00	30.384,00	75.816,00	91.956,00	89.124,00	
3		16.488,00	—	16.488,00	—	16.488,00	
4		492.432,00	87.276,00	592.392,00	403.687,00	679.896,00	
8		456.336,00	—	—	—	—	
10		46.476,00	69.624,00	72.936,00	96.036,00	34.656,00	
11		254.880,00	56.454,02	—	23.049,00	—	
12		—	672,00	—	—	672,00	
13		—	23.580,00	—	23.580,00	1.8488,34	
14		183.330,00	—	—	36.922,50	—	
Sub-Total		1.480.434,00	305.502,02	780.872,00	717.626,50	2.715.222,00	
REDE_DFCI	km						
1	Manutenção com recurso a meios mecânicos e manuais	25.252,50	—	25.252,50	—	25.252,50	CMDF, JF, CM (PRODER); / EP
2		95.478,50	2.173,75	95.478,50	13.532,75	102.471,50	
3		28.508,50	43.965,25	44.622,00	91.713,75	58.006,75	
Sub-Total		149.239,50	46.139,00	165.353,00	105.246,50	185.730,75	
CLASSE_PA	m3						
T		20.000,00	20.000,00	10.000,00	5.000,00	10.000,00	CMDF, JF, CM (PRODER)
M		25.560,00	105.000,00	105.000,00	25.560,00	120.000,00	
Sub-Total		45.560,00	125.000,00	115.000,00	30.560,00	130.000,00	
TOTAL		1.675.233,50	476.641,02	1.061.225,00	853.433,00	3.030.952,75	

Nota: Aos valores apresentados acresce o I.V.A à taxa legal em vigor. Os valores das taxas, são automaticamente atualizados no início de cada ano de acordo com o índice de preços ao consumidor nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º -E/2006, de 29 de Dezembro.

2.º EIXO ESTRATÉGICO – Redução da incidência dos incêndios

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, que tem como objetivo diminuir o risco de incêndio, tanto ao nível de controlo de ignições como ao nível de propagação. Tendo em conta que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é neste sentido, e sobre os comportamentos relativos ao uso do fogo que a prevenção deverá incidir.

É de extrema importância educar a população em geral, de forma a reconhecerem que a floresta é um bem comum a todos, com valor económico, social e ambiental com a

responsabilidade de a proteger de forma a servir gerações futuras, sendo para isso necessário eliminar comportamentos de risco.

Objetivo estratégico: - Educar e sensibilizar as populações

- Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações

Objetivos operacionais: - Sensibilização da população e educação escolar

- Fiscalização

Ações:

- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e causalidade regional;
- Definir áreas críticas e prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as freguesias de risco, os dias da semana os períodos do dia de maior risco;
- Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar;
- Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição.

SENSIBILIZAÇÃO**Quadro 7. Comportamentos de risco**

Causas dos incêndios

Causas	Anos						Total Geral
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
51 (Raio)		1	1	2	2		6
115 (Núcleos habitacionais permanentes)			1				1
121 (Limpeza de solo Agrícola)	1		2	1	10	9	23
122 (Limpeza de solo florestal)				1	1		2
123 (Limpeza de áreas urbanizadas)					2		2
124 (Borrallheiras)						2	2
125 (Renovação de pastagens)	1		4	4	28	11	48
127 (Limpeza de caminhos, acessos e instalações)			2				2
129 (Outras)	1						1
131 (Com medidas preventivas)			1				1
152 (Em circulação motorizada)				2			2
172 (De habitação)		1					1
221 (Alfaías agrícolas)				3			3
222 (Máquinas agrícolas)						1	1
227 (Outra maquinaria e equipamento)						1	1
448 (vandalismo)	10	9	11	6	4	9	49
449 (Outras situações dolosas)				4	2		6
610 (Prova material)					1	2	3
630 (Outras informações)	19	13	9	8	3	1	53
711						4	4
RA	2	1	7	3	16	2	31
Total Geral	34	25	38	34	69	42	242

Fonte: GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, COMANDO TERRITORIAL DE VISEU, SEPNA, 2012

Quadro 8. Resultado da investigação dos incêndios

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Detidos	—	—	—	—	1	2
Identificados por crime	—	—	—	—	1	2
Autos Contra Ordenação	—	—	—	1	—	—
Participações Crime	12	13	21	3	5	19

Fonte: GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, COMANDO TERRITORIAL DE VISEU, SEPNA, 2012

Quadro 9. Fiscalização (autos de contraordenação levantados)

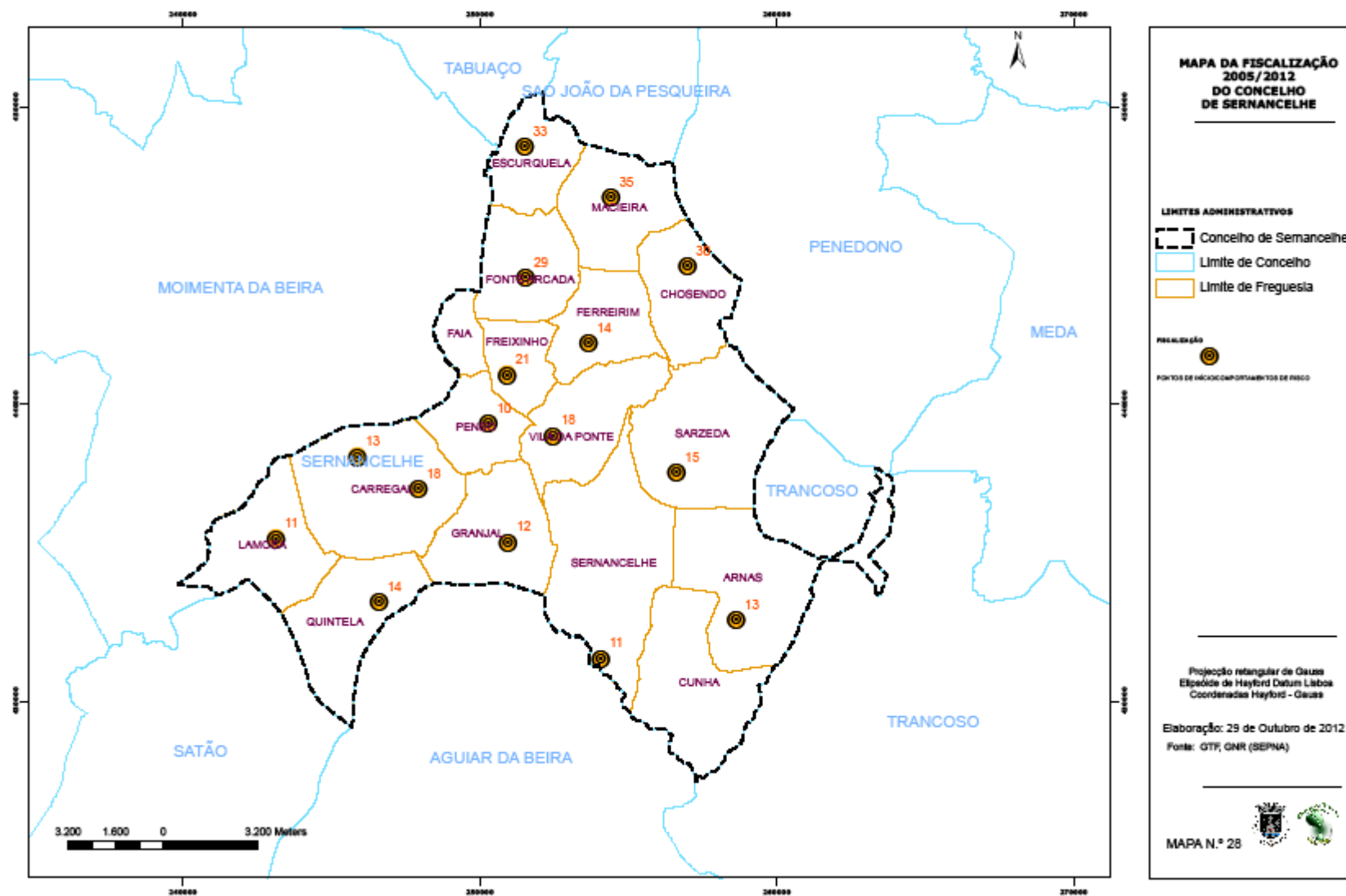
	2010	2011	2012
Gestão Combustível	2	1	1
Queimada	1	—	—

Fonte: GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, COMANDO TERRITORIAL DE VISEU, SEPNA, 2012

PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 2.º EIXO ESTRATÉGICO SENSIBILIZAÇÃO

Quadro 10. Sensibilização (2013 – 2017)

Área de Atuação	Grupo-Alvo	Período de Atuação	Entidade Responsável	Meios Envolvidos		Atividade Desenvolvida
				Recursos humanos	Recursos materiais	
Arnas Carregal Chosendo Cunha Escurquela Faia Ferreirim Fonte Arcada Freixinho Granjal Lamosa Macieira	Ações de sensibilização em freguesias prioritárias de dissuasão e fiscalização: Sensibilizar a população em geral que tem menos contacto com a floresta; Sensibilizar a população para a prevenção de incêndios florestais: - proprietários de efetivos pecuários / agricultores; - pastores; - caçadores; - proprietários florestais.	Em duas fases por ano: - Janeiro a Abril; - Setembro a Dezembro.	-CMDF/Câmara Municipal (GTF) -Guarda Nacional Republicana (GNR) - Bombeiros voluntários de Sernancelhe (BVS)	- Técnico do GTF -Comandante do Posto da GNR - Comandante dos BVS	-Desdobráveis -Cartazes -Computador portátil -Data-show -Tela	Ações de sensibilização veiculadas através de palestras, desdobráveis, cartazes tendo em conta aspetos como, público alvo, local e época do ano. As referidas ações, devem chamar a atenção para os principais benefícios da floresta, dos cuidados a ter, e do valor económico e social da floresta nacional.
Penso Quintela Sarzeda Sernancelhe Vila da Ponte	Sensibilização da população escolar do concelho	Março a Junho de cada ano	- Câmara Municipal (GTF) - Agrupamento Vertical das Escolas de Sernancelhe - Escola Profissional de Sernancelhe	- Técnico do GTF - Professores titulares	- Computador portátil; - Tela; - Data-Show; - Cartazes; - Desdobráveis; - Árvores - Folhetos.	Na sensibilização escolar são propostas as seguintes atividades: - Concursos; - Plantação de árvores - Jogos relacionados com a prevenção florestal



Metas, responsabilidades e estimativa de orçamento

SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Quadro 11. Sensibilização da População – Metas e indicadores (2013 – 2017)

Problema diagnosticado	Ação	Metas	Indicadores				
			2013	2014	2015	2016	2017
Uso do fogo, por negligência ou intencional	Sensibilizar os agricultores, pastores, apicultores, caçadores população rural e população geral (incluindo os turistas e campistas)	Realização de sessões de esclarecimento em cada uma das zonas prioritárias identificadas complementadas com desdobráveis e cartazes	6 zonas prioritárias com sessões de esclarecimento 50% da população presente			10 zonas prioritárias com sessões de esclarecimento 60 a 70% da população presente	
	sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico	Realização da campanha de sensibilização (incluindo colocação de placas e material de divulgação), efetuada nos principais troços da de rede viária florestal	Dinamização da campanha em 10 pontos estratégicos no concelho (3 ou 4/ freguesia consoante a ocupação florestal), em articulação com a GNR 30 a 40% dos condutores utilizadores da rede viária florestal referida		Dinamização da campanha em 10 pontos estratégicos no concelho (3 ou 4/ freguesia consoante a ocupação florestal), em articulação com a GNR 30 a 40% dos condutores utilizadores da rede viária florestal referida		Dinamização da campanha em 10 pontos estratégicos no concelho (3 ou 4/ freguesia consoante a ocupação florestal), em articulação com a GNR 30 a 40% dos condutores utilizadores da rede viária florestal referida

Problema diagnosticado	Ação	Metas	Indicadores				
			2013	2014	2015	2016	2017
Utilização de maquinaria florestal, durante o período crítico	Sensibilizar as empresas do ramo florestal/empresários a título individual c/ atividade na área florestal sobre possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria florestal de combustão (interna e externa) não dotadas de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés, especialmente durante o período crítico.	Conceção de um guia prático que reúna informação sobre boas práticas florestais e comportamentos de risco.	Elaboração e edição de 500 exemplares	Distribuição pelas empresas do ramo florestal e empresários individuais na área florestal, bem como câmara municipal e associação florestal para distribuição 60 a 70% da população destinatária das ações			
Ocorrências derivadas por lançamento de foguetes durante o período crítico	Ações de sensibilização, nas juntas de freguesias, para os riscos de lançamento de foguetes	Realização de encontros em todas as zonas prioritárias-identificadas onde ocorrem festas e romarias, com especial atenção para as que ocorrem na época crítica dos incêndios florestais	Um encontro por freguesia 60 a 70% da população presente		Um encontro por freguesia 60 a 70% da população presente		Um encontro por freguesia 60 a 70% da população presente

Quadro 12 – Sensibilização da População – Estimativa de Orçamento e Responsáveis (2013 – 2017)

Nota: Aos valores apresentados acresce o I.V.A à taxa legal em vigor. Os valores das taxas, são automaticamente atualizados no início de cada ano de acordo com o índice de preços ao consumidor nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º -E/2006, de 29 de Dezembro. As ações só serão possíveis se houver apoios comunitários que as financiem.

Responsáveis	Ação	Metas	Estimativa de Orçamentos (€)				
			2013	2014	2015	2016	2017
Câmara Municipal / CMDF GNR BVS Através de Apoios Comunitários	Sensibilizar os agricultores, pastores, apicultores, caçadores população rural e população geral (incluindo os turistas e campistas) sobre as possíveis consequências inerentes ao incorreto uso do fogo e/ou à não consideração das medidas de segurança necessárias, especialmente durante o período crítico	Realização de sessões de esclarecimento em cada uma das zonas prioritárias-identificadas complementadas com desdobráveis e cartazes	1000 €			1500€	
		Realização da campanha de sensibilização (incluindo colocação de placas e material de divulgação), efetuada nos principais troços da de rede viária florestal	2000 €		2100 €		2200 €
Câmara Municipal / CMDF GNR BVS Através de Apoios Comunitários	Sensibilizar as empresas do ramo florestal/empresários a título individual c/ atividade na área florestal sobre possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria florestal de combustão (interna e externa) não dotadas de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés, especialmente durante o período crítico.	Conceção de um guia prático que reúna informação sobre boas práticas florestais e comportamentos de risco.	500 €				
Câmara Municipal / CMDF GNR BVS Através de Apoios Comunitários	Ações de sensibilização, nas juntas de freguesias, para os riscos de lançamento de foguetes	Realização de encontros em todas as zonas prioritárias-identificadas onde ocorrem festas e romarias, com especial atenção para as que ocorrem na época crítica dos incêndios florestais	3000 €		3050 €		3100 €
TOTAL			6500 €	—	5150 €	1500 €	5300 €

FISCALIZAÇÃO**Quadro 13 – Fiscalização – Metas, Indicadores, Estimativa de Orçamento e Responsáveis**

Ação	Metas	Indicadores					Estimativa de Orçamentos	Responsáveis
		2013	2014	2015	2016	2017		
Sensibilizar a população em geral que tem menos contacto com a floresta	Consciencializar a população para os benefícios da floresta, dos cuidados a ter de forma a mudar o seu comportamento e assim reduzir as ocorrências causadas por negligência humana	10%	20%	35%	50%	75%	10.250,00 €	Câmara Municipal / CMDf GNR BVS Através de Apoios Comunitários
Sensibilizar a população para a prevenção de incêndios florestais: - proprietários de efetivos pecuários / agricultores; - pastores; - caçadores; - proprietários florestais	Adaptar as campanhas ao público-alvo de forma a reduzir o número de ocorrências causadas pelo uso da queima para limpeza de áreas urbano-florestais, renovação de pastagens e penetração em zonas de caça							
Sensibilização da população escolar	Atividades/Ações de Sensibilização de forma a informar/ educar para os comportamentos ambientalmente corretos	90%	90%	90%	90%	90%	7.500,00 €	Câmara Municipal / CMDf GNR BVS Através de Apoios Comunitários
Total							17.750,00 €	

3.º EIXO ESTRATÉGICO – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios

A coordenação de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, de forma a garantir a deteção e extinção rápida dos fogos, evitando que os mesmos atinjam grandes proporções, tendo em conta as condições climáticas.

A organização prévia de todos os agentes e meios envolvidos, bem como as suas responsabilidades e competências, irá ser uma mais valia para uma resposta de todos mais eficaz à questão dos incêndios florestais.

Objetivo estratégico: - Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção

- Reforço da capacidade de 1.ª intervenção
- Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio

Objetivos operacionais: - Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado

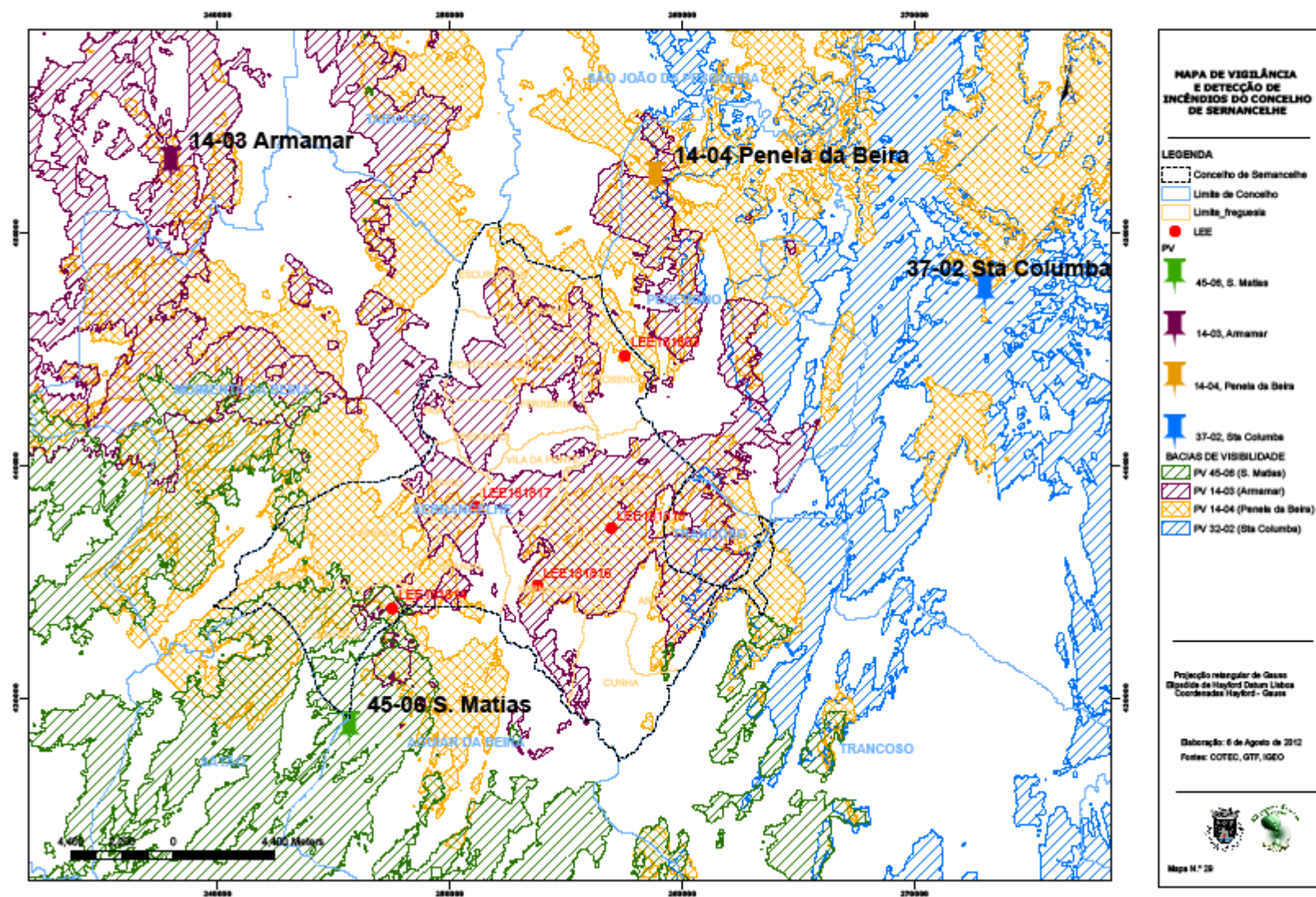
- Estruturar o nível municipal de 1.ª intervenção
- Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e vigilância pós-incêndio
- Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

Ações:

- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes;
- Definição dos sectores territoriais DFCl e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio;
- Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção;
- Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão.

AValiação

VIGILÂNCIA E DETEÇÃO

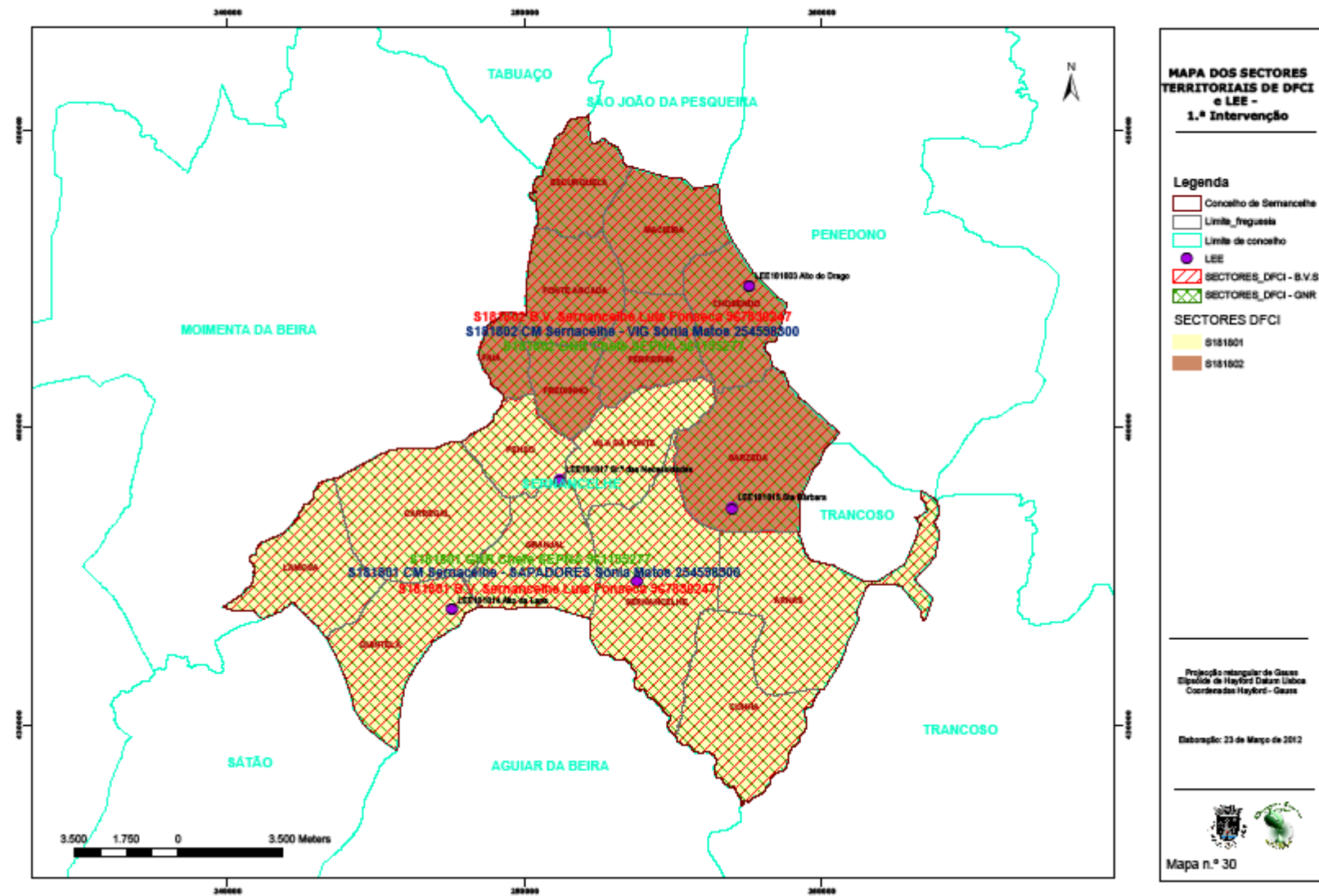


Quadro 14 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção

FASE	Nº Total de Equipas	ÍNDICE ENTRE O NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E O N.º TOTAL DE EQUIPAS DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO %
		Período 1996-2010
Alfa	2	9,46
Bravo	4	41,03
Charlie	5	4,07
Delta	4	39,60
Echo	3	89,55
TOTAL	18	183,71

1.ª INTERVENÇÃO

A 1.ª intervenção não será abordada exatamente como o guia técnico propõe, uma vez que não foi possível obter das fontes os dados necessários à sua elaboração.



Quadro 15 – Índice entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de 1.ª intervenção

		ÍNDICE ENTRE O NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E O N.º TOTAL DE EQUIPAS DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO %
FASE	Nº Total de Equipas	Período 1996-2010
Alfa	2	9,46
Bravo	4	41,03
Charlie	5	4,07
Delta	4	39,60
Echo	4	119,40
TOTAL	19	213,56

Fonte: ICNF, 2012

Quadro 16 – Identificação do número de reacendimentos, por ano desde 2002 (Rescaldo e vigilância pós-incêndio)

Ano	N.º Reacendimentos
2002	0
2003	2
2004	0
2005	0
2006	1
2007	2
2008	1
2009	7
2010	3
2011	15
TOTAL	31

PLANEAMENTO DAS AÇÕES REFERENTES AO 3.º EIXO ESTRATÉGICO

Quadro 17. Metas e indicadores

		INDICADORES (%)				
Vigilância e Detecção	METAS	2013	2014	2015	2016	2017
Alfa	Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção	10	20	35	60	90
Bravo		15	25	40	65	95
Charlie		30	40	50	80	99
Delta		15	25	40	65	95
Echo		10	20	35	60	90
1.ª Intervenção						
Alfa	Adequação da capacidade de 1.ª intervenção	15	25	40	65	95
Bravo		30	40	50	80	99
Charlie		40	45	50	85	100
Delta		20	30	40	60	95
Echo		10	20	35	60	90
Rescaldo e Vigilância pós incêndio						
Alfa	Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio	10	20	35	60	90
Bravo		15	25	40	65	95
Charlie		30	40	50	80	99
Delta		15	25	40	65	95
Echo		10	20	35	60	90

Quadro 18. Orçamento e responsáveis

		ORÇAMENTO (€)					Responsáveis
Vigilância e Detecção	METAS	2013	2014	2015	2016	2017	
Alfa	Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	*Sapadores Florestais Municipais GNR GIPS
Bravo							
Charlie							
Delta							
Echo							
Sub-Total		75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	
1.ª Intervenção							
Alfa	Adequação da capacidade de 1.ª intervenção	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	*Sapadores Florestais Municipais Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe GIPS
Bravo							
Charlie							
Delta							
Echo							
Sub-Total		75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	
Rescaldo e vigilância pós incêndio							
Alfa	Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	*Sapadores Florestais Municipais Corpo de Bombeiros Voluntários de Sernancelhe
Bravo							
Charlie							
Delta							
Echo							
Sub-Total		75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	
TOTAL		225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	

*Início de atividade dependente da constituição da equipa por parte do ICNF. A estimativa orçamental apresentada refere-se apenas à equipa de Sapadores Florestais Municipais quando esta for constituída (valores baseados nas despesas já efetuadas com as referidas ações com equipas semelhantes). Relativamente às restantes entidades responsáveis, tal como informado por fonte das mesmas, os balanços são feitos pelas próprias entidades e em termos globais, pelo que não é possível ter acesso a essa informação.

4.º EIXO ESTRATÉGICO – Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objetivo estratégico: Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objetivos operacionais: Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo

Ações:

- Identificação das necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo;
- Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo da erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

Quadro 19. Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.

Ação	Metas	Indicadores				
		2013	2014	2015	2016	2017
Criar uma equipa de avaliação e mitigação de impactes de incêndios	Criar e viabilizar o funcionamento de uma equipa de avaliação e mitigação de impactes de grandes incêndios	–	☒	–	–	–
	Elaborar relatórios de avaliação e mitigação de impactes de grandes incêndios	–	☒	☒	☒	☒
Recuperar áreas ardidas	Elaborar planos de recuperação de áreas ardidas	–	☒	☒	☒	☒
	Executar trabalhos de controlo de invasoras e de consolidação fitossanitária	–	☒	☒	☒	☒
	Priorizar áreas ardidas a recuperar, tendo em conta a proteção do património edificado e arqueológico	–	☒	☒	☒	☒
	Implementar planos de conservação do solo, da água de espécies e habitats	–	☒	☒	☒	☒

PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 4.º EIXO ESTRATÉGICO

ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

META – Criar e viabilizar o funcionamento de uma equipa de avaliação e mitigação de impactes de grandes incêndios

Esta equipa deverá ser coordenada pela CMDF e deverá ter cinco elementos pertencentes a:

- Câmara Municipal;
- ICNF;
- Bombeiros Voluntários;
- GNR.

Depois de constituída, a equipa deverá definir uma metodologia de atuação, executar ações imediatas de minimização de impactos e intervir no escoamento de material lenhoso.

META – Elaborar relatórios de avaliação e mitigação de impactes de grandes incêndios

A equipa deverá apresentar um relatório de avaliação e mitigação de impactes de grandes incêndios (definir como grandes incêndios os que tenham consumido 100 ou mais ha de área florestal), num prazo de 120 dias a contar da data de extinção do mesmo. O relatório deverá ter em consideração a avaliação e monitorização das ações, avaliação da capacidade de recuperação das áreas ardidas superiores a 100 ha e avaliação das infraestruturas do território na área do plano.

Depois de elaborado, o relatório será apresentado em reunião da CMDF e que depois de analisado, tomará as providências que achar necessárias.

META – Elaborar planos de recuperação de áreas ardidas

Logo após o incêndio florestal será feito um levantamento dos proprietários atingidos por esse incêndio. Será proposto um plano de recuperação com o respetivo plano de gestão. Se a área for superior a 100 ha (grande incêndio) aguardar-se-á pelo relatório da equipa de avaliação e mitigação de impactes de grandes incêndios.

META – Executar trabalhos de controlo de invasoras e de consolidação fitossanitária
Sempre que surgirem invasoras lenhosas ou de outra espécie, estas áreas terão uma intervenção prioritária a fim de resolver de imediato o problema.

META – Priorizar áreas ardidas a recuperar, tendo em conta a proteção do património edificado e arqueológico

Em caso de vários incêndios com áreas ardidas distintas a recuperar, a CMDF terá que definir a metodologia para definir prioridades de atuação nessas áreas.

REABILITAÇÃO DE POVOAMENTOS E *HABITAS* FLORESTAIS

META – IMPLEMENTAR planos de conservação do solo, da água de espécies e habitats

Após os incêndios a CMDF, deverá tomar as providências necessárias à implementação de medidas que permitam a conservação do solo e da águas e dos habitats, quer a nível de flora, quer a nível de fauna.

5.º EIXO ESTRATÉGICO – Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Objetivo estratégico: Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta

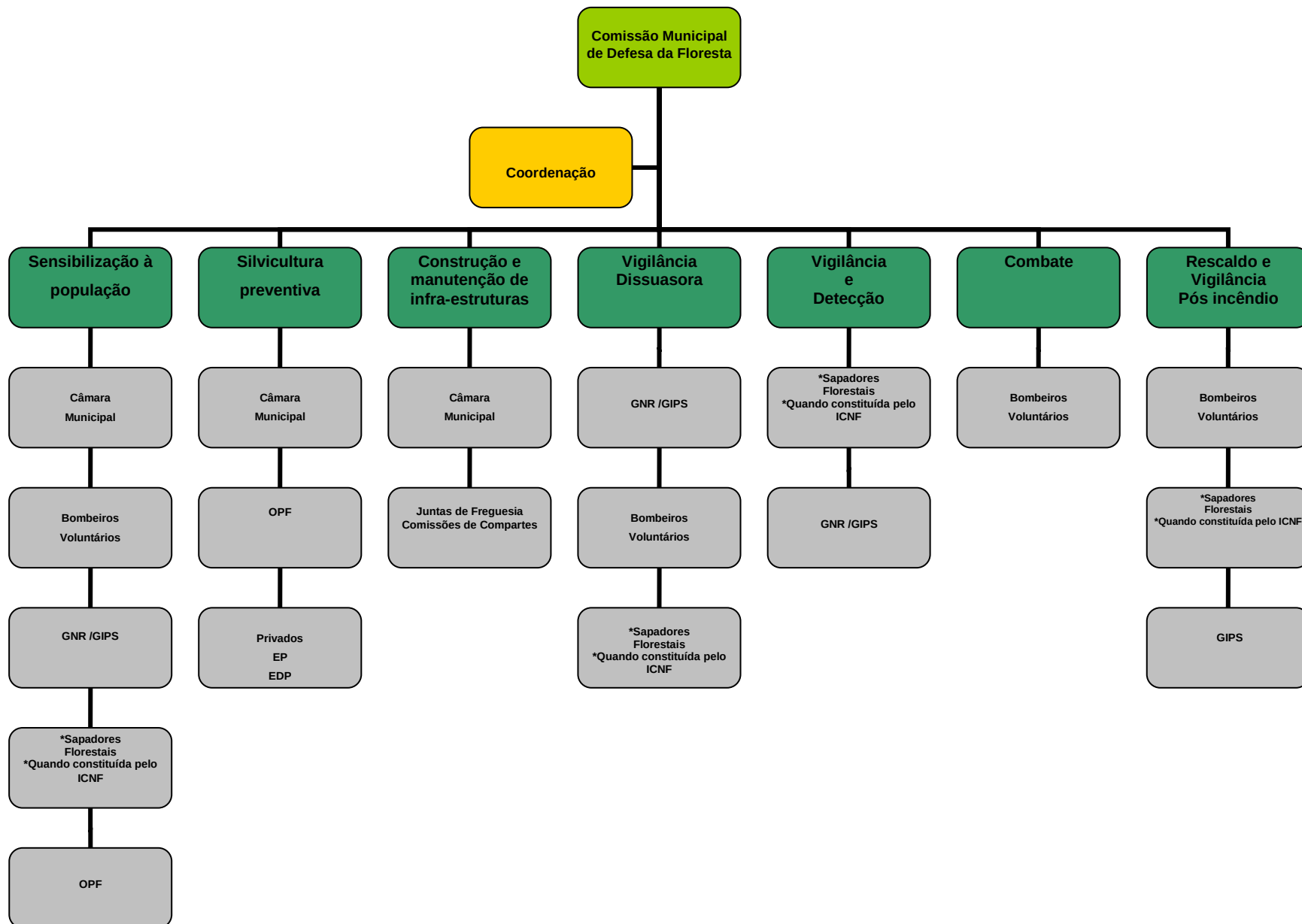
Objetivos operacionais: Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico

Ações:

- Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações.
- Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI.
- Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM.
- Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos.
- Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF.
- Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de Abril.
- Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento.

AVALIAÇÃO

PLANEAMENTO DAS ACÇÕES REFERENTES AO 5.º EIXO ESTRATÉGICO



Quadro 20. Cronograma de reuniões da CMDF

	Reuniões CMDF											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Monitorização do PMDFCI	x											
Aprovação do POM				x								
Outras*												

*Serão realizadas sempre que haja motivo que o justifique.

A componente do PMDFCI designada de POM é uma atualização anual, devendo ser aprovada em sede de CMDF até 15 de abril. O POM, após aprovação pela CMDF, é enviado ao ICNF.

O PMDFCI tem um período de vigência de 5 anos, contados a partir da data de aprovação pelo ICNF, findo o qual deve ser apresentado um novo PMDFCI.

ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

Quadro 21. Síntese da estimativa de orçamento do PMDFCI do concelho de Sernancelhe

Eixos Estratégicos / Ano	Estimativa de Orçamento Total (€)					
	2013	2014	2015	2016	2017	Total/Eixo
1.º Eixo	1.675.233,50 €	476.641,02 €	1.061.225,00 €	853.433,00 €	3.030.952,75 €	7.097.485,27 €
2.º Eixo	10.050,00 €	3.550,00 €	8.700,00 €	5.050,00 €	8.850,00 €	36.200,00 €
3.º Eixo	225.000,00 €	225.000,00 €	225.000,00 €	225.000,00 €	225.000,00 €	1.125.000,00 €
4.º Eixo	- €	10.000,00 €	10.300,00 €	10.600,00 €	15.000,00 €	45.900,00 €
5.º Eixo	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	100.000,00 €
Total/ano	1.930.283,50 €	735.191,02 €	1.325.225,00 €	839.832,50 €	1.450.968,75 €	
Total/PMDFCI						8.404.585,27 €

Nota: Aos valores apresentados acresce o I.V.A à taxa legal em vigor. Os valores das taxas, são automaticamente atualizados no início de cada ano de acordo com o índice de preços ao consumidor nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º -E/2006, de 29 de Dezembro. A estimativa dos valores apresentados foi baseada na experiência com ações semelhantes.

BIBLIOGRAFIA

Centro de Prevenção e Detecção de Incêndios, CPD – 03, Viseu (2005 / 2006).

CRIF, 2ª Fase (1996). Relatório do projecto de cartografia de risco de incêndio florestal, Sernancelhe.

Centro Distrital de Operações de Socorro (Viseu) – CDOS, (2006 / 2007)

ICNF ex-AFN – (2012). <http://www.icnf.pt/cn/ICNPortal/vPT2007/>

Forestis, RibaFlor (2003). Plano de Intervenções Prioritárias na Prevenção e Combate de Incêndios Florestais para as Terras de RibaDouro, 2003 – On Douro.

Instituto Nacional da Água – INAG (2006). Dados de base das estações meteorológicas automáticas. www.snirh.inag.pt

Instituto Geográfico do Exército (2012). www.igeoe.pt

Instituto Geográfico Português – IGP (2012), Carta Administrativa de Portugal.

Instituto Nacional de Estatística (2006). www.ine.pt – Infoline

Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (1990). O Clima de Portugal. Fascículo XLIX. Volume I – 1ª Região. Lisboa.

Guarda Nacional Republicana – Comando Territorial de Viseu - SEPNA (2012). Redução da incidência dos incêndios florestais para o concelho de Sernancelhe.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (2003).

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (2006).

Direção de Unidade de Defesa da Floresta – (2009). Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Guia Técnico